



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 113.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 16 outubro de 2014, às 18:00 horas
Local: Auditório SEST/SENAT
Rua Martin Cyprien, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Amilton Ferri Vasconcelos, Presidente Suplente da URC
2 Alto São Francisco; Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do
3 Estado de Minas Gerais – FIEMG; Camilo de Lélis André Melo, representante da
4 Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do
5 Estado de Minas Gerais – Federaminas; Francisco de Assis Braga, representante
6 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Edécio José
7 Cançado Ferreira, representante Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
8 Minas Gerais – FAEMG; Francisco Chaves Generoso, representante Ministério
9 Público; Roberto Nogueira Soares, representante Comitê da Bacia Hidrográfica do
10 Entorno da Represa de Três Marias; Luciano Marcelo de Oliveira, representante da
11 Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Mário da Silva Oliveira, representante
12 Conselho Municipal de Meio Ambiente – Codema/Pains; Giovanardi Marco Alves,
13 representante Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana –
14 SEDRU; Wellington Dias Silveira, representante da Secretaria de Estado de
15 Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Sílvia Letícia Ribeiro, representante
16 do Município de Divinópolis; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do
17 Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais –
18 CREA/MG; Marcelo Ferreira Guimarães, representante Instituto Brasileiro de Meio
19 Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Lucélio Nativo Assunção,
20 representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento – SEDE; Lessandro Gabriel
21 da Costa, representante da Associação Ambientalista do Alto São Francisco – AAASF.
22 **Execução do Hino Nacional Brasileiro.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
23 Suplente da URC Alto São Francisco – Senhores, declaro aberta 113^a Reunião
24 Ordinária na Unidade Regional Colegiada do Alto São Francisco, Conselho Estadual de
25 Política Ambiental - COPAM. São 8 e 45. Dia 16 de outubro de 2014. Vamos para o
26 item 3 da pauta. **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** - Amilton Ferri
27 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Vou passar a
28 palavra para a Diretora de Controle Processual para dar posse ao novo conselheiro,
29 Tenente Luciano. - Não identificou - Bom dia! Em nome do Secretário de Meio
30 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Alto São Francisco
31 Danilo Vieira Júnior damos posse ao Tenente Luciano Marcelo de Oliveira
32 representante da Polícia Militar. Seja bem vindo, conselheiro. - Amilton Ferri
33 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Senhores
34 conselheiros, algum comunicado? - Lessandro Gabriel - Representante AAASF - Bom
35 dia a todos e a todas! Atual Presidente do Comitê de Bacia do Alto São Francisco. Eu
36 vou ser bem breve ou talvez não, diante de alguns fatos que vem decorrendo na nossa
37 região e que me preocupa muito. Primeiro eu gostaria de elogiar a SUPRAM na pessoa



38 da Paula e dizer que a Paula é uma guerreira. A Paula é mais que uma guerreira, ela é
39 uma vitoriosa, porque enfrentar um sistema desse com toda a sua equipe sucateada que
40 não funciona não é fácil. Lá fora nós conselheiros somos cobrados todos os dias. Os
41 empreendedores estão loucos para licenciarem as empresas e não conseguem por falta
42 de técnicos, por falta de apoio, por falta de estrutura que nós estamos vivendo hoje
43 dentro da SUPRAM que nem se quer o Secretário de Meio Ambiente passou por aqui.
44 Nós tivemos Secretários de Meio Ambiente que nem aqui esteve, nem aqui passou. Nós
45 entramos numa política nova. Espero que ano que vem nós possamos estar mais unidos
46 nessa questão e buscar em forma conjunta uma solução para que pessoas guerreiras
47 igual a Paula possam continuar nesse sistema, porque se nós não tivermos pessoas
48 guerreiras e todas com sua equipe guerreira como são as pessoas que estão dentro da
49 SUPRAM hoje eu acho que esse sistema vai ser sucateado e vai acabar o resto como já
50 está acabando. Nós hoje vemos a questão da falta d'água no Alto São Francisco, na
51 região Sudeste. Estou numa pressão tão grande que eu tenho dentro do meu comitê
52 ofícios de Prefeituras em volta de Lagoa da Prata em estado de calamidade. Eu não
53 precisava falar isso aqui não. Nós estamos com 140 municípios no Estado de Minas
54 Gerais em estado de calamidade por falta de água. Nós temos 80 municípios na Bacia
55 do Rio São Francisco com falta de água para população beber. Eu vou mais longe. Há
56 mais ou menos uns 20 dias eu, meu amigo Mário e o pessoal do Comitê do São
57 Francisco quando saiu aquela primeira notícia de que a nascente do Rio São Francisco
58 tinha secado nós partimos para lá. Eu fiquei arrepiado quando eu vi aquela situação. Eu
59 não imaginava que aquela situação chegaria aqui para nós nessa situação que nós
60 estamos vivendo hoje nos municípios aqui em volta de Divinópolis. Pessoas e pessoas
61 tendo que buscar água em outro município para tomar banho? Para lavar roupa? Nossos
62 governos estão todo mundo omitindo, porque nós pegamos um período eleitoral que
63 está todo mundo calado. Todo mundo silencioso. Eu acho uma vergonha o que está
64 acontecendo nesse país. Desmatamento no Amazonas. Nós estamos acabando com as
65 nossas Mata Atlântica aos poucos. Estamos cada dia tirando um pedacinho, dando uma
66 beliscadinha nela e acabando com ela. Está o Ministério Público prova disso que tem
67 feito todos os seus trabalhos com todo o seu esforço, mas nós não conseguimos se nós
68 não tivermos união nessa hora todo mundo junto. Porque não vai adiantar a Polícia
69 Ambiental tentar fazer alguma coisa e outros órgãos fiscalizadores se eles não tem
70 estrutura. Eu acho que é muito mais grave a situação que nós passamos na saúde hoje no
71 Brasil é a falta d'água e doenças que poderiam vir após esse período seco que nós
72 estamos passando. Eu gostaria aqui também de antemão, quando chegamos na Serra da
73 Canastra fiquei super assustado em ver aquela nascente seca. Chegamos lá e
74 encontramos com uma obra de 50 milhões do Governo Federal abandonada há mais de
75 um ano dentro da Serra do Parque Nacional da Serra da Canastra. Eu até gostaria, Dr.
76 Francisco, colocar isso para o senhor. O senhor levasse isso junto a Justiça Federal para
77 que fosse investigado o que aconteceu lá, porque começaram uma obra de 70
78 quilômetros de pavimentação dentro da área do parque e hoje lá manilhas e terras
79 escorrendo dentro da área do parque há mais de um ano e pedindo aditivo, porque diz
80 que o dinheiro não deu para acabar essa obra. Vou mais longe. Nós estamos com a
81 cidade de Bambuí, cidade de Iguatama, cidade de São Roque de Minas com estações de
82 tratamento de esgoto paradas há mais de um ano por culpa do Governo Federal que não
83 coloca essas obras para frente. Vou colocar isso numa, vamos colocar nomes aos bois
84 porque eu acho que nós temos que colocar sim. O Governo Federal tem omitido muita
85 coisa. Junto com o Governo do Estado também que omitiu muita coisa nesse país. Eu



86 fico assustado. Porque na região de Lagoa da Prata hoje são mais de 22 lagoas e
87 nenhum levantamento do Estado e nem da União foi feito na nossa região. Mais de 20
88 lagoas secaram. Lagoas que nunca secaram há mais de 100 anos. O córrego que corta
89 Lagoa da Prata está seco há 90 dias. O Rio São Domingos que corta o município de
90 Arcos, Japaraíba e Santo Antônio do Monte secou ontem. O Rio Preto secou ontem.
91 Vários córregos secaram, várias lagoas secaram. Que momento é esse que nós estamos
92 vivendo e ninguém faz nada? Nós sabemos que é uma decorrência da natureza. É a falta
93 d'água. Nós precisamos sim fazer alguma coisa por isso, porque quando começar a
94 chover a minha preocupação maior quando está, começará o período da chuva todo
95 mundo vai ficar caladinho. Vai estar entrando novos governos e todo mundo vai achar
96 que está uma beleza. Nós tivemos agora há 20 dias atrás uma reunião na COPASA. A
97 COPASA simplesmente disse que não podia fazer campanha de conscientização porque
98 está em período eleitoral, mas eu acho que eles estavam mais preocupados na
99 arrecadação deles que quando se tem um consumo menor de água a arrecadação deles
100 vai cair lá embaixo. Agora que país é esse que nós estamos vivendo? Quinta-feira que
101 vem nós estamos reunidos em Salvador com o sistema elétrico do Brasil. Eu vou estar lá
102 junto com eles. A briga é muito maior. Segunda-feira em Três Marias. Três Marias está
103 com 4% de água. Já está chegando a 2. Os técnicos estão lá hoje testando as duas
104 últimas turbinas que estão rodando e diz que a 2% elas não vão rodar, porque quebra o
105 equipamento. Eu não vou estender mais, porque eu acho que a situação todo mundo está
106 vivenciando. Nós temos hoje o Rio Pará, o Rio Itapeçerica que não é rio mais. É um
107 esgoto a céu aberto. A situação está muito mais grave do que nós pensamos. Desculpe
108 aqui minha expressão, meu jeito de expressar, mas me preocupa muito, porque quando
109 Lagoa da Prata, há 17 anos atrás, fez um projeto do GUINNESS que plantou 116 mudas
110 lá no GUINNESS, 116 mil mudas de Mata Ciliar em Lagoa da Prata nós já prevíamos
111 isso como outras instituições já previam isso, mas de lá para cá passaram-se governos e
112 todo mundo se omitiu, todo mundo ficou calado. Acho que Deus é sábio. Deus mostra o
113 momento para nós. Esse momento que a Paula está vivendo dentro da SUPRAM é um
114 momento que ela tinha que viver. Todas essas dificuldades que ela está passando dentro
115 da SUPRAM, todas essas pressões que ela tem passado dentro da SUPRAM é um
116 momento que era dela e que ela aguentou com garra e com força com toda a sua equipe.
117 Eu gostaria de deixar aqui por último, dois documentos, viu Paula? Inclusive um da
118 estação de tratamento de esgoto de Lagoa da Prata que está pronta. Nós fomos lá há
119 mais de 90 dias com a estação pronta e está precisando desse licenciamento ambiental
120 da SUPRAM. Acho que não é possível que nós chegamos a esse ponto. Nós estamos
121 com um processo prontinho. 90 dias com a ETE já está funcionando, já está liberando
122 água limpa para abastecer os nossos rios e está parada porque realmente é a situação que
123 acontece hoje na SUPRAM. Uma outra preocupação muito grande. Até gostaria de
124 citar, Dr. Francisco. Ano passado houve uma mortandade muito grande de peixe, mais
125 de 5 toneladas de peixe na Lagoa Verde em Lagoa da Prata por falta de um, e por falta
126 desse planejamento a escada de peixe que esse projeto já se encontra na SUPRAM, as
127 escadas de peixe que o município tem condições de fazer. Nós estamos aguardando esse
128 licenciamento para que não morra talvez 100 mil toneladas, porque não vai ser só lá que
129 vai morrer peixes, vai ser em todo o São Francisco. Finalizando. Desculpe essa minha
130 colocação. Eu só queria deixar mais uma colocação aqui a respeito do Estado. Quando
131 eu falei aqui que os nossos secretários nunca passaram por aqui, eles não querem nem
132 saber o que está acontecendo aqui. A partir do ano que vem se mudar, essa mudança é a
133 chance de buscar essas pessoas para estarem juntas de nós. Eles têm que vivenciar o que



134 o produtor rural tem vivenciado. O produtor rural quer fazer um açude. Ele não pode.
135 Precisa de uma autorização do IGAM e gasta 2 anos para fazer um açudezinho para ter
136 água na fazenda dele. O produtor antigamente na propriedade dele plantava o arrozinho
137 dele lá e nem preocupava com a água. Nós tínhamos água a vontade. Há 20 anos atrás
138 nós tínhamos muita água, com fartura. Não precisava de chuva não. Tinha água. Tinha
139 reserva de água. Hoje não tem reserva de água mais, porque naquela década de 70 o
140 Governo foi no PROVARZEA e arrebentou tudo, drenou tudo onde tinha para drenar as
141 lagoas marginais do Rio São Francisco. Outra questão que eu acho que nós vamos ter
142 que alavancar para o ano que vem, é um absurdo o Estado de Minas Gerais ter 400 mil
143 num projeto que chama FHIDRO e esse projeto não sai do papel. O que esse dinheiro
144 está fazendo lá? 400 mil reais, 400 milhões lá para poder investir em Meio Ambiente no
145 Estado de Minas Gerais e o dinheiro está jogado no papel. Vão investir nas SUPRAM's.
146 Vão investir nos salários desses técnicos. Vamos mudar essa lei. Vamos reservar água
147 para o produtor, para as pessoas que estão aí. Muito obrigado. - Marcos Veloso -
148 Representante CREA MG - Eu quero aqui aproveitar a oportunidade para lembrar o dia
149 do professor ocorrido ontem e fazer uma homenagem a esse herói nacional
150 desvalorizado, sempre desvalorizado. É uma profissão que eu também faço parte.
151 Obrigado. - Edécio Ferreira - Representante FAEMG - Não identificou - O senhor tem
152 preferência. - Não identificou - Então vamos lá, Roberto. Gostaria de aproveitar o
153 momento aqui. Essa homenagem que o Marcos fez aos professores é uma homenagem
154 justa e talvez nós possamos fazer mais pelos professores. Tem professores gabaritados,
155 preparados e aqui nós temos dois professores que eu tenho a certeza. O professor
156 Francisco Braga e o professor Marcos que são exemplos de professores dedicados ao
157 ensino. Vamos fazer um meã culpa todos nós e trabalharmos firme para que nós
158 tenhamos uma educação de qualidade no Brasil e não tenhamos apenas alfabetizados
159 funcionais que mal mal assinam o nome. Eu quero, o intuito aqui foi corroborar uma
160 parte do que o Lessandro falou e propor que nós façamos um trabalho de recuperação
161 das lagoas marginais dos nossos cursos d'água. Falo especificamente do São Francisco,
162 porque essas lagoas nada mais, nada menos que são as caixas d'águas do Rio São
163 Francisco. Essas caixas d'águas hoje estão com a capacidade de armazenamento delas
164 reduzidas. Em muitos casos há menos de 1/3 do seu potencial. Se fizéssemos um
165 trabalho desse, Lessandro, com certeza esse problema que nós estamos vivendo hoje
166 não teria a gravidade que está tendo. Eu tenho uma propriedade na beira do São
167 Francisco que eu conheço há 59 anos. Eu vou fazer 60. É da minha família há mais de
168 200 anos. Nós temos um córrego que liga uma lagoa ao São Francisco. Até então ele
169 nunca tinha secado e agora como ele secou eu tive a oportunidade de andá-lo. Ele está
170 totalmente obstruído. Totalmente obstruído por junco, por água pés. A lagoa tem água,
171 mas não consegue jogar no rio pela obstrução que tem. Até uma certa parte dele a água
172 vem e para ali ficando ancorada. Isso, essa recuperação das lagoas fariam com que essas
173 caixas d'águas estivessem abastecendo o Rio São Francisco e provavelmente afetando
174 significativamente o nosso lençol freático. A infiltração da água obviamente seria
175 maior. Conclamo a todos aqui para que nós façamos todas as gestões possíveis e cada
176 um em seus órgãos e na sociedade como um todo de conscientizar da importância de
177 nós fazermos a dragagem dessas lagoas, dar o fundo necessário, limpar o espelho d'água
178 para que tenha um espelho d'água maior. Além do quesito estético ela terá um quesito
179 técnico muito importante de uma capacidade de água armazenada muito grande que
180 hoje eu tenho certeza que a Lagoa Grande estaria jogando água no Rio São Francisco se
181 estivesse com as suas artérias desobstruídas. A Lagoa Grande está enfartada. Ela precisa



182 urgentemente de ser feita uma ponte de safena para guardar o seu dreno que liga o São
183 Francisco para que essa água volte a correr e o nosso rio não pereça, pois ele está
184 perecendo. Na minha propriedade hoje você praticamente atravessa o rio com a água
185 abaixo da linha da cintura. - Roberto Soares Nogueira - Representante do Comitê de
186 Bacia do Entorno da Represa de Três Marias - Primeiro eu quero endossar as palavras
187 do Lessandro aqui e pedir licença aos companheiros que militam em Comitê de Bacia
188 aqui neste conselho são muitos para falar em nome deles. Realmente os Comitês de
189 Bacia foram muito mal tratados neste último Governo do Estado. Nós não temos
190 nenhuma boa lembrança desse período não. Eu acho esse sistema como um todo
191 também não foi bem cuidado. Realmente só temos a lastimar. Nós tivemos um
192 retrocesso em Minas Gerais. Eu gostaria de saber uma informação importante aqui.
193 Aquela moção que nós redigimos aqui no conselho e que foi para o Secretário já tem
194 resposta? - Paula - SUPRAM ASF - Nós ainda não recebemos a resposta dela Roberto,
195 vou reiterar após essa reunião, mas não houve resposta. - Roberto Soares Nogueira -
196 Representante Comitê de Bacia do Entorno da Represa de Três Marias - Nós temos é
197 lastimar. Realmente muda o Secretário e continua a mesma coisa. Não muda nada?
198 Obrigado. - Camilo de Lélis André Melo - Representante FEDERAMINAS -
199 Primeiramente eu gostaria de cumprimentar o novo representante da Polícia Militar,
200 Polícia do Meio Ambiente. Seja bem vindo. Com certeza uma aquisição boa aqui no
201 nosso conselho. Concordar com o Lessandro que realmente, Lessandro, a situação é
202 muito pior do que nós imaginamos, mas gostaria de lembrar também que aqui no nosso
203 conselho nós já tivemos visitas de secretário, inclusive o Dr. Aécio quando veio a
204 Divinópolis e teve a oportunidade fez questão de reunir todos os conselheiros e o
205 governador. O Governador veio e fez questão de cumprimentar a todos nós. Acredito
206 que ainda tenho algum outro conselheiro aqui que ainda é dessa época. Pois é. Outra
207 coisa, essa questão de água é uma coisa impressionante. Na minha roça, nascente não
208 existe mais não. Olha que eu tenho mais que a área preservada. Agora, até alguns anos
209 atrás nós limpávamos essas lagoas nossas, nós colocávamos a retroescavadeira e
210 limpava. De um tempo para cá a fiscalização é tão forte e o nosso medo era tão grande
211 que estão todas assoreadas. Você não tem coragem. Você vai fazer um licenciamento
212 para limpar a lagoa. Primeiro que ele não sai na época que você precisa. Segundo, de
213 um modo geral você tem medo da Polícia do Meio Ambiente, tem medo do Ministério
214 Público. Ninguém está limpando. Está tudo assoreado. Outra coisa mais grave que vai
215 acontecer é o seguinte. Com essa seca acabaram as pastagens. O assoreamento dos
216 nossos córregos e nossos rios nas próximas chuvas vai ser uma coisa impressionante. O
217 que segura a terra é o pasto. Não tem pasto, está tudo degradado. Esse assoreamento que
218 nós vamos ter no próximo ano é uma coisa terrível. No mais é rezar e pedir a Deus para
219 nos ajudar, porque infelizmente se não for assim acho eu que uma solução está muito
220 difícil. - Marcelo Guimarães - Representante IBAMA - Bom dia a todos! Primeiro
221 saudar meu amigo Luciano. Seja bem vindo. Companheiro de várias descidas do São
222 Francisco, não é Luciano? Bons tempos aqueles. Hoje nem água tem para descer de
223 barco a motor. Também concordar com tudo que o nosso amigo Lessandro acabou de
224 falar. A questão da água está um problema seríssimo e tem que haver uma
225 conscientização de todos. - Túlio - Representante FIEMG - Só para cumprimentar o
226 novo conselheiro. Seja bem vindo. Só fazer algumas, só colocar algumas coisas aqui.
227 Primeiro, quero convidar a todos, aproveitando a parte da água. Dia 14 de novembro vai
228 haver um workshop sobre segurança hídrica na FIEMG aqui em Divinópolis. Eu estou
229 convidando a todos. Vai vir o Vagner que é o gerente de Meio Ambiente da FIEMG,



230 também o vice-presidente do Comitê Federal do São Francisco. Vai vir a Patrícia
231 Bonzon também, que é consultora da parte de recursos hídricos para nós estarmos
232 discutindo essa situação. Dia 14 de novembro. Depois para os conselheiros eu mando o
233 convite no e-mail. Se o pessoal da plateia que tiver interesse entrar em contato com a
234 FIEMG. Outra coisa também é só comunicar a questão da parceria que a FIEMG fez
235 com a SEMAD onde a partir de agora de novembro vai começar a capacitação de novos
236 técnicos. O setor industrial todo se mobilizou para ajudar nesse treinamento para o
237 pessoal entender realmente como funciona cada setor. Aqui em Divinópolis nós temos
238 o treinamento na parte de fundição e siderurgia. Divinópolis vai ser no dia 17 e 18 de
239 novembro. Essa parceria é uma coisa bem importante para esse pessoal que está
240 chegando e não conhece o setor estar conhecendo melhor na hora das questões de
241 licenciamento e fiscalização. Também parabenizar ao Francisco, do Ministério Público,
242 pelo trabalho de diagnóstico protocolado lá. Ele apresentou isso, as empresas ficaram
243 nas dúvidas e tiveram abertura e clareza de estarem apresentando como vai funcionar
244 esse diagnóstico para o setor industrial. O pessoal da equipe fez as visitas. Fui
245 acompanhando as visitas e só agradecer pelas informações. Obrigado. - Mário -
246 Representante CODEMA Pains - Peço desculpas pela voz. É o desgaste mesmo do
247 tempo. Quero parabenizar o companheiro aqui. Conselheiro Lessandro, de fato nós
248 presenciamos um cenário muito triste, devastador em todo o parque. A situação é geral.
249 Nós estamos vendo isso em todos os municípios. Nós estamos recebendo moradores de
250 Formiga aos finais de semana que vão lá para lavar roupas que não tem água também lá.
251 Quero aproveitar aqui a oportunidade e manifestar minha preocupação com os
252 licenciamentos que contemplam o rebaixamento do lençol freático. Nós, na verdade,
253 temos o embasamento de todo o estudo ali, mas as consequências disso acho que são
254 maiores. Nós. Enfim, eu só quero deixar registrada a minha preocupação quando se
255 contempla rebaixamento de lençol freático. Nós temos certos casos onde esse tipo de
256 técnica é usada. Alterações que nós percebemos e no histórico dela anteriormente não
257 havia tido como secas em pequenos córregos e coisas desse tipo. Tem essa preocupação.
258 Quero dar boas vindas ao colega da Polícia Ambiental. Desejo que seja bem vindo, que
259 tenha, contribua com o nosso conselho. Dizer a você Lessandro que nós corroboramos
260 com tudo o que você disse. Nós temos essa preocupação sim. Já estou começando a
261 pensar em qual, o que nós vamos substituir, qual produto que nós vamos usar para
262 substituir a água, porque a situação caminha para um lado muito mais negro do que nós
263 até então havíamos previsto. É isso. Obrigado. - Lessandro Gabriel - Representante
264 AAASF - Amilton, só uma consideração final. Mais duas coisinhas que eu deixei para
265 trás. Dizer o seguinte. Preocupa-me muito também, sabe a todos aqui uma situação que
266 nós levamos também que as pessoas estão furando poços artesianos sem nenhum tipo de
267 licença, nenhum tipo. É o que acontece hoje. Muito mais fácil para o empreendedor ir lá
268 e fazer no tapa, fazer na garra e depois vamos ver no que dá. Agora a situação nossa de
269 queimada também é muito grande. Nós vimos hora nenhuma o Estado fazer algum tipo
270 de trabalho de conscientização. Lagoa da Prata, não sei se é a cultura de botar fogo na
271 cana foi muito grande. Lagoa da Prata não tem mais nenhuma área de reserva, não
272 existe mais nenhuma área de APP no município de Lagoa da Prata e nos municípios
273 vizinhos. Será que isso é só Lagoa da Prata? Segunda-feira indo para Três Marias eu vi
274 um mundo todo queimado daqui a Três Marias. Então não é só nós, essa cultura nossa
275 de queimar cana que vou as pessoas a colocarem fogo para tudo quanto é lado. Uma
276 questão que me preocupa também, sabe Paula? Nós temos uma empresa hoje em Lagoa
277 da Prata que processa um milhão de litro de leite por dia. Essa empresa está buscando o



278 leite nas fazendas e levando água para os produtores. Eles já estão lá buscando a outorga
279 na calha do Rio São Francisco porque os poços artesianos da empresa já estão
280 comprometidos. Agora me preocupa muito. Lagoa da Prata hoje possui poço artesiano e
281 Pains também é poço artesiano, não é Mário? Preocupa muito. Esses municípios estão
282 bem, mas e os outros municípios igual ontem uma promotora da nossa região chegou na
283 captação da COPASA e tinha mais de 100 gados em cima da captação da COPASA
284 onde que faz o abastecimento da cidade que tem água de 3 em 3 dias. 100 animais em
285 cima da captação de água da COPASA. Será que ninguém está vendo isso? Agora
286 vamos preocupar, vamos preocupar daqui para frente. Não preocupa com a primeira
287 gota de chuva que cai lá fora não, porque aquela primeira gota de chuva que cai lá fora
288 encerrando minhas palavras, você não sabe quando e nem quanto. - Amilton Ferri
289 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Senhores
290 conselheiros, obrigado. Primeiro eu agradeço. Acho que essas colocações são muito
291 importantes mesmo até para conscientização de todos. Eu vou continuar com a pauta.
292 Antes do ir para o item 4 eu vou informar que via ser retirado o item 7.1 da CROMIC
293 porque o parecer não foi disponibilizado no site a tempo. Vou para o item 4. **Exame**
294 **da Ata da 112ª RO de 18/09/2014.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
295 Suplente da URC Alto São Francisco - Algum destaque? - Francisco - Representante
296 Ministério Público - Bom dia! Primeiro quero dar as boas vindas ao tenente Luciano. Eu
297 já procedi as alterações nas minhas falas na ata nas linhas 33, 326, 343, 502, 851, 944
298 junto à secretaria. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto
299 São Francisco - Não identificou - 33, 326, 343, 502, 851, 944. - Amilton Ferri
300 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Obrigado. Eu
301 coloco em votação o item 4 exame da ata. Os conselheiros que estiverem de acordo
302 permaneçam como estão. **ATA APROVADA.** Eu vou pular o item 5 que contém o item
303 5.1 por se tratar de retorno de baixa em diligência. Vou fazer a leitura do item 6 adiante
304 para uma possível votação em bloco. **6. Processos Administrativos para exame da**
305 **Licença de Operação Corretiva: 6.1 Sul Ita Transportes e Serviços Ltda. (Ex -**
306 **Mineração Sul Ita Ltda.) - Extração de rocha para produção de britas com ou sem**
307 **tratamento - Abaeté/MG - PA/Nº 00043/1997/006/2011 DNPM 831.620/1996 -**
308 **Classe 3. Apresentação: Supram ASF. RETIRADO DE PAUTA em 18/09/2014.** -
309 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Esse
310 processo foi retirado de pauta no dia 18/09/2014. - Não identificou - Destaque
311 SUPRAM. - Não identificou - Destaque Ministério Público. - Não identificou -
312 Destaque FIEMG. - Não identificou - Destaque Comitê. - Não identificou - Destaque
313 IBAMA. **6.2 Flávio José de Abreu David - Avicultura de corte e reprodução;**
314 **bovinocultura de leite; bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite;**
315 **suinocultura (crescimento e terminação); culturas anuais, excluindo olericultura -**
316 **Pará de Minas/MG - PA/Nº 01985/2012/001/2013 - Classe 4. Apresentação:**
317 **Supram ASF.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
318 Francisco - Algum destaque? - Não identificou - Destaque Ministério Público. **7.**
319 **Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:**
320 **7.2 Artesanato de Fogos Cinco Estrelas Ltda. - Fabricação de pólvora e artigos**
321 **pirotécnicos - Japaraíba/MG - PA/Nº 00299/2003/002/2014 - Classe 3.**
322 **Apresentação: Supram ASF.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da
323 URC Alto São Francisco - Algum destaque? - Não identificou - Ministério Público. **8.**
324 **Processo Administrativo para exame de Cancelamento da Licença Prévia**
325 **concomitante com a Licença de Instalação: 8.1 Predial JM Imobiliária e**



326 **Participações S.A. / Aeródromo São Pedro - Aeroportos - Itaúna/MG - PA/Nº**
327 **08022/2012/001/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. - Amilton Ferri**
328 **Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Algum destaque? -**
329 **Não identificou - Destaque Comitê de Bacia. - Não identificou - Destaque**
330 **FEDERAMINAS. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto**
331 **São Francisco – Senhores conselheiros, como não teve processo sem destaque vou**
332 **retornar ao item 5 da pauta. 5. Processo Administrativo para exame da Licença**
333 **Prévia: 5.1 ATE XVIII Transmissora de Energia S.A. / LT 500 KV Estreito -**
334 **Itabirito 2 - Linhas de transmissão de energia elétrica - Arcos, Bambuí, Belo Vale,**
335 **Carmópolis de Minas, Cláudio, Desterro de Entre Rios, Ibiraci, Iguatama,**
336 **Itabirito, Itapeçerica, Jeceaba, Medeiros, Ouro Preto, Passa Tempo, Pedra do**
337 **Indaiá, Piedade dos Gerais, Piracema, Sacramento, Santo Antônio do Monte, São**
338 **Roque de Minas, São Sebastião do Oeste e Tapira/MG - PA/Nº**
339 **34439/2012/001/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE**
340 **BAIXA EM DILIGÊNCIA. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da**
341 **URC Alto São Francisco – Equipe técnica não vai pronunciar? Senhores conselheiros?**
342 **Há um inscrito também para fazer uso da palavra. Se caso quiser ouvir primeiro. O**
343 **inscrito tem 5 minutos. O inscrito vai querer se pronunciar? ATE XVIII não está**
344 **presente? Os inscritos? Vocês querem já fazer? 5 minutos. - Não identificou - Bom dia a**
345 **todos e a todas! Meu nome é Eduardo Nascimento. Eu sou assessor de Meio Ambiente**
346 **da FETAEMG, sou conselheiro do COPAM em Belo Horizonte. Plenário da CNR**
347 **COPAM. Nós estamos aqui, representantes e regimentalmente nos inscrevemos. Em**
348 **primeiro um esclarecimento senhor presidente, porque o Promotor Dr. Francisco tinha**
349 **nos falado, porque tinha acontecido a questão da retirada da anuência da Prefeitura de**
350 **Arcos. Depois pelo que o nós soubemos a empresa recorreu a Justiça, mas o Dr.**
351 **Francisco tinha nos falado hoje que a Prefeitura havia revertido na justiça. O senhor tem**
352 **alguma informação? - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto**
353 **São Francisco – Sim, eu já tenho a informação. Era mais a oportunidade mesmo do,**
354 **para se pronunciar e para nós podermos. A questão da suspensão da liminar foi**
355 **apresentada, mas nós queríamos mesmo era dar a oportunidade para a fala, mas de**
356 **qualquer forma nós vamos ter que baixar esse processo porque do jeito que está nós não**
357 **vamos poder colocar em votação. Só se tiver alguma dúvida nas demais questões que já**
358 **podem ser solucionadas agora. - Não identificou - Correto. Obrigado pelo**
359 **esclarecimento. Então fique claro que o processo está retirado de pauta. Ele está**
360 **retirado. Nós agradecemos a oportunidade de nos manifestarmos, mas é necessário ficar**
361 **claro que está retirado de pauta. Vamos lá. Após aquela reunião nós já tínhamos feito**
362 **algumas considerações aqui. A questão, eu poderia até fazer alguma semelhança com**
363 **algumas questões que foram ditas aqui antes nos Assuntos Gerais a respeito da**
364 **fragilidade da qual o sistema de Meio Ambiente foi conduzido. Nós acompanhamos a**
365 **partir do COPAM. Sou membro do COPAM há 14 anos. Acompanhamos também todas**
366 **as SUPRAM's. Infelizmente não é só aqui. Não é só aqui. Essas questões terão de ser**
367 **seriamente enfrentadas. Aqui a manifestação não tem nenhuma conotação partidária. É**
368 **na mesma linha do que foi dito antes. Não há como um produtor rural para conseguir**
369 **uma outorga um ano e meio. Eu acho que precisa, na discussão, esse divisor de águas**
370 **ficar claro. Não é responsabilidade dos técnicos, dos analistas ambientais, do corpo**
371 **técnico da SEMAD. Agora a questão de início está muito mal dimensionada. A**
372 **capacidade operacional visa a ver a demanda que existe, porque hoje você não faz nada**
373 **sem licença ambiental. Ninguém quer fazer. Agora nós também não queremos ficar, faz**



374 a solicitação e a demora é muito grande. Nós temos agora, nós da área rural o desafio do
375 CAR. Fazer o Cadastro Ambiental Rural. A lei estabeleceu que para a agricultura
376 familiar é responsabilidade do poder público para fazer para agricultura familiar, porque
377 é caro. Agora em reunião com o secretário de Meio Ambiente com o Presidente da
378 EMATER e outros de órgãos públicos o argumento é de que não tem dinheiro. Agora
379 tem prazo. O CAR vai ser condição para acessar créditos, para acessar políticas
380 públicas, para a regularização ambiental. Nós temos grandes tarefas. Com relação após
381 aquela reunião a empresa encaminhou a Dra. Paula, nossa superintendente, alguns
382 documentos e ela nos enviou. Sobre os documentos enviados, nós continuamos com os
383 mesmos questionamentos. Encaminha apenas a lista de proprietários. Não encaminha a
384 lista de propriedades. Não tem como nós sabermos a real dimensão do impacto. Meu
385 companheiro que é Presidente da FETAEMG que é natural e a propriedade é aqui de
386 Cláudio, ele vai falar, a propriedade dele é de 12 hectares. O corte é transversal. Ponto a
387 ponto ao longo da propriedade. Se você tem uma propriedade de 1000 hectares e o corte
388 é lá no canto os impactos são absolutamente diferentes. Ainda falta por parte da
389 empresa, a nosso juízo, prestar as informações claramente para se poder avaliar os
390 impactos e portanto a viabilidade. Nós continuamos com essa questão. Vamos ser
391 obrigados. Vamos ser obrigados se a SUPRAM mantiver a posição a recorrer a CNR?
392 Porque essa questão de impactos sociais e econômicos faz parte da discussão e é
393 regimental da questão da viabilidade. Eu não quero, mas se necessário iremos. Frente a
394 isso encaminhamos um documento a Dra. Paula levantando algumas questões.
395 Reafirmando. A necessidade de uma negociação. Mediada pela SUPRAM com a
396 participação do Dr. Francisco e com quais conselheiros mais quiserem para estabelecer
397 a metodologia. Aqui vai ser dito. A um produtor rural foi oferecido 1800 reais de
398 indenização. Ele recusou. Propuseram 13. Bondade não é. Generosidade não é. Nós
399 queremos o estabelecimento dessa comissão para que possa estabelecer critérios,
400 diretrizes. São 778 propriedades. Segunda questão. Esse processo está tramitando e esse
401 processo de indenização com um laudo de avaliação unilateral. É um laudo feito pela
402 empresa. Nós estamos reivindicando. Isso é prática em outros lugares. Hidroelétrica de
403 Irapé, MMX e Anglo, em Conceição do Mato Dentro, Fumaça, em Mariana. Vários
404 empreendimentos isso foi adotado. O empreendedor contrata a EMATER que é um
405 órgão público que tem fé pública e a EMATER faz um laudo para aqueles produtores
406 que quiserem a empresa paga e nós sentamos na mesa com dois laudos. Porque senão
407 com um laudo só eu acho que a empresa está exigindo muito nós acreditarmos nela. A
408 questão não é esta. Laudo técnico é uma discussão técnica. Agora nós temos que ter
409 condições de ter os nossos instrumentos. Basicamente seria essa questão. O meu
410 companheiro Vilson vai falar com mais bem propriedades que ele é da região. É de
411 Cláudio. É atingido. Tenho outros companheiros também de Arcos, Divinópolis e tal.
412 Nós queremos evitar a judicialização da questão da indenização, porque nós sabemos
413 que nós seremos prejudicados. Nós sabemos, porque na justiça é um longo tempo. Eu
414 participei da Rio Manso COPASA, em Brumadinho em 87. Alguns que não aceitaram.
415 A COPASA depositou judicialmente, foi para justiça, alguns receberam agora em 2012.
416 Concluiu agora. Isso não nos interessa. Acho que os senhores não podem aceitar esse
417 caminho que a empresa tenta empurrar a questão. Tanto é que nos documentos que ela
418 entregou a Dra. Paula ela fala isso claramente. Não aceitou vamos para a justiça. Como
419 se a justiça fosse ali na esquina. O problema da justiça, ela não é ruim não. Não estou
420 falando contra a justiça não. Agora, são milhares e milhares e milhares e milhares de
421 processos. Aí vai demorar. Vai demorar. Quem está sendo prejudicado vai ser mais



422 prejudicado. Muito obrigado pela atenção. - Camilo de Lélis André Melo -
423 Representante FEDERAMINAS - Eduardo, só te fazer uma pergunta aqui. Um
424 esclarecimento. Você está de parabéns. A sua posição eu acho correta. Essa posição da
425 FETAEMG a respeito desse licenciamento de linha de transmissão é pontual ou em
426 todos os processos que tem vocês estão atuando? Porque eu estou aqui no COPAM
427 também igual a você há muitos anos eu nunca vi uma manifestação dessa da
428 FETAEMG. Acho que você está correto. Tem que ser. Eu queria saber se é só nesse
429 projeto. Só para eu poder conseguir me situar dentro da questão. Outra coisa. O seu
430 parecer aqui você fala que a empresa que tem contratar a EMATER. Eu fui
431 desapropriado recentemente por uma linha de transmissão. Infelizmente não tive essa
432 assessoria que você tão brilhantemente está dando, mas o que eu procurei saber, o que
433 eu entendi é o seguinte. Eles apresentam a avaliação deles. É o que acontece no Estado
434 inteiro. Se você não concordar você tem o direito de espernear. Você entra com o
435 processo, você contrata a EMATER, você contrata outro órgão independente para fazer
436 a sua avaliação do seu imóvel que você acha que está sendo desapropriado. Acha justo.
437 Entra na justiça. Quer dizer, eu acho que o caminho legal é esse. Eu acho que não tem
438 outro caminho não. Lei é lei. Tem coisas que nós não podemos questionar não. Eu até
439 discordei da minha indenização, mas quando eu vi se eu não recebesse aquela que
440 estava ali infelizmente eu acho que não iria receber era nunca. Desceu por goela abaixo.
441 Eu aceitei a indenização que a empresa propôs. No meu caso foi a CEMIG. É uma linha
442 que está saindo de Oliveira e indo para Cláudio. Tem um pessoal de Cláudio e sabe que
443 essa linha. Nós ficamos um pouco perdidos. Eu queria esclarecimento a esse respeito. -
444 Não identificou - Obrigado pela oportunidade. Primeiro. Da nossa parte não há
445 questionamento sobre o mérito do empreendimento. Ele é um empreendimento de
446 utilidade pública. Não há questionamentos sobre essa questão. Agora, outra discussão é
447 relevante. Ela é relevante, porque ela diz respeito na verdade ao Estado brasileiro e a
448 República. Olha o que o senhor disse. Inclusive eu estou conhecendo o senhor hoje, mas
449 acredito que o senhor tenha uma boa condição. Vamos dizer assim. O senhor mesmo
450 falou. Eu resolvi aceitar porque ia demorar muito tempo. O senhor tem uma condição de
451 fazer essa opção. O que nós estamos falando, como inclusive dizia o ex-Governador
452 Milton Campos é que a obrigação do Estado é defender os mais fracos. Não é defender
453 os mais fortes não. Nós estamos, nós entendemos, Projeto Jari, eu fui o relator do
454 processo, do licenciamento. O empreendedor, que é a CODEVASF, teve de contratar
455 para prestar assistência técnica para os pequenos irrigantes, a EMATER com 16 anos.
456 Anglo América em Conceição do Mato Dentro. Por decisão do COPAM a empresa teve
457 de contratar assessoria indicada por nós para refazer o cadastro, fazer os laudos técnicos
458 de indenização que íamos orientar e contratar a EMATER para fazer as análises das
459 propriedades a serem adquiridas. O que nós estamos falando é o seguinte. Se a
460 SUPRAM tivesse condição de fazer laudo nós aceitaríamos de bom grado o laudo da
461 SUPRAM. Seriam dois laudos. O da empresa e o da SUPRAM. Só que é uma proposta
462 que a capacidade operacional da SUPRAM não permite que ela assuma isso. A questão
463 é esta. Como a mitigação dos impactos é responsabilidade do empreendedor, isto é,
464 pedra angular da legislação ambiental, então cabe ao empreendedor dar condições
465 aqueles que não podem pagar um laudo. A questão é essa. O exemplo dele é bom,
466 porque ele provavelmente pode pagar, mas aqui nos atingidos tem dezenas, centenas
467 que não podem pagar e o Estado não pode fazer para eles. Nós estamos falando. A
468 empresa contrata uma empresa pública. Ela faz e nós sentamos com dois laudos. Eu não
469 vou para uma negociação, acredito aqui que ninguém vai, que só uma parte tem um



470 laudo técnico. Como é que nós vamos acertar isso? Como é que nós vamos negociar? A
471 minha condição de fragilidade no processo é muito grande. Nós estamos. Repito.
472 Completando os esclarecimentos da solicitação do senhor. A FETAEMG é uma
473 entidade estadual. Nós participamos de várias instâncias do SISEMA. Digo. É uma
474 prática comum. Nós não estamos trazendo aqui nada que não foi feito antes no Copam.
475 Não foi feito. A proposta a meu juízo não é exorbitante e ela não foge dos marcos da
476 legislação ambiental. Espero ter conseguido pelo menos esclarecer. - Amilton Ferri
477 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Seja breve, por
478 favor. - Não identificou - Senhor presidente, senhores conselheiros do plenário. Senhor
479 me deu 5 minutos. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto
480 São Francisco – Por favor, identifique-se. - Vilson - Representante da empresa - Eu sou
481 Presidente da FETAEMG e também sou atingido. Vou colocar para os senhores
482 conselheiros que eu não estou aqui porque eu fui atingido, porque a Federação atua em
483 qualquer área em defesa dos nossos produtores de agricultura familiar seja na linha de
484 transmissão, seja para passar uma rodovia, ferrovia ou grande empreendimento. Se vai
485 ser atingido, vai afetar, nós estamos ali para defender o nosso povo que é o nosso papel.
486 Eu gostaria, conselheiro Lessandro? Assino embaixo tudo que você falou. Lessandro.
487 Há 12 anos atrás eu propus ao Governo do Estado criar hoje a tal bolsa verde que
488 poderia estar muito melhor do que. Ainda discutimos na época. O que é mais importante
489 a água ou o petróleo? Porque se achasse no fundo da minha casa um poço de petróleo eu
490 estaria milionário e a água não, porque o produtor além de produzir alimento ele produz
491 água também. Essas queimadas que estão por aí não é o produtor. Eu preciso do meu
492 pasto, porque eu vou queimar meu pasto? Tem que olhar isso. Nós estamos sendo vistos
493 como criminosos. Não somos. Nesse caso aqui, eu gostaria senhor presidente, senhores
494 conselheiros, que fosse estabelecido um critério de negociação, porque o que a empresa
495 está fazendo com os proprietários é olhando a negociação de acordo com a cara e o
496 perfil de cada um. Não fala aqui pelo mérito. O grande Edécio está ali representando a
497 FAEMG. Bom dia, prazer. Fala aqui que pelos pequenos. A forma que eles estão
498 colocando é uma forma vergonhosa. Tem aquele ditado que pimenta nos olhos dos
499 outros é refresco. Se não está no meu eu estou numa boa. Nós estamos incomodando
500 porque a água agora está faltando. Essa questão dessa linha de transmissão é séria
501 porque esse laudo, senhor presidente e conselheiros, eu li ele todo. Eles fazem uma
502 análise aqui colocando, desvalorizando a nossa terra, mas a terra que eu tenho é aquela.
503 Terra de herança. Eu não comprei. Foi adquirida. Cerrado fraco, mas a terra é aquela
504 terra que é minha. Dos 778 atingidos mais de 80% são pequenos, pequeninos,
505 minifúndio. A linha de transmissão, eu estava conversando com o Dr. Francisco,
506 representando aqui o Ministério Público. Por exemplo, só para vocês verem. Eu tenho
507 um hectare. Eduardo não são 12 não, são 10 hectares que eu tenho. Sou pequeno
508 mesmo. A linha de transmissão vai passar justamente aonde eu vou plantar uma cana,
509 plantar um trato para as minhas vacas. Justamente na área nobre que eu tenho do meu
510 pedaço de terra. Imagine essa folha aqui. Eu tenho aqui o pomar da minha casa. Do
511 outro lado é a reserva que vai passar. O que eu vou fazer com essa propriedade? O que
512 acontece? Nós queremos estabelecer ao dar a licença. Não somos contra nenhum
513 empreendimento, mas queremos negociar. Não pode ser colocado como estão indo nas
514 casas das pessoas. Teve lugar que eles ofereceram pagar 300 reais. O que você faz com
515 300 reais? Para o resto da vida? Algum empreendimento eu não posso produzir, não
516 posso trabalhar mais na minha propriedade. No caso do senhor conselheiro, da
517 FEDERAMINAS, a FETAEMG participou nessa negociação sim da CEMIG e a



518 negociação com a CEMIG foi muito melhor do que essa daqui. Nós conversamos com a
519 direção da CEMIG. Nesse caso não. Eles estão amedrontando as pessoas. Não tem
520 diálogo. Nós queremos aqui que esse conselho ao liberar essa licença porque a primeira
521 licença agora é a prévia que abra um diálogo de negociação. Não com o Vilson que é o
522 presidente da FETAEMG. Teve vizinho meu que me perguntou tinha lá para pagar 1800
523 reais. Ele ficou com o pé no toco. Como tinha um advogado, vieram a oferecer 11 mil
524 ou 13 mil reais. Que diabo de Brasil é esse? É assim? Eu trabalhei a vida inteira contra o
525 êxodo rural. Essa forma aqui incentiva a pessoa a largar o que tem na roça e ir para a
526 cidade. Nós queremos é negociar. O nosso papel é negociar não apenas a minha
527 propriedade. De todos. São 778. Inclua todos. O critério tem que ser pra todos. Até
528 aqueles que já foram negociados que já receberam o direito, que ele seja ressarcido da
529 diferença do que ele teria direito. Nós estamos aqui é para isso. Defender o nosso Meio
530 Ambiente, defender a água, fazer as nossas barraginhas, mas esses empreendimentos
531 estão nos inviabilizando. Quando eu fiquei sabendo disso comuniquei aos nossos
532 sindicatos de trabalhadores rurais porque todos os municípios tem sindicato. Nós
533 estamos aqui com 4 Sindicatos aqui presentes. É que vossas senhorias possam fazer essa
534 reflexão, chamar essa empresa para nós negociarmos, porque tem muito pessoal sendo
535 ligado a FAEMG que vai ser atingido. Chegou lá e olhou a cara do Edécio. Um cara
536 mais esclarecido? Não, esse aqui eu vou negociar um preço melhor. Não, olhou a cara
537 do Vilson, um cara mais tonto, é um jacu do mato, não sabe de lei, não sabe de nada
538 esse aqui eu pago menos. O que é isso? Que diabo de democracia é essa? Desculpe o
539 termo que eu estou usando. Não é isso que nós queremos. Nós queremos liberar essa
540 licença. Antes de ser autorizada essa licença que essa matéria saiu de pauta hoje seja
541 estabelecido um critério de negociação. Nós queremos negociar. Sabemos que podemos
542 usar o poder judiciário e isso arrastar por anos e mais anos. Não sou contra o
543 empreendimento. Nós só temos que negociar. Valor justo, porque, Dr. Francisco,
544 representando o Ministério Público, o prejuízo aqui não é só ambiental. Tem prejuízo
545 aqui social e econômico. Porque social, porque é uma vida. São gerações que estão ali
546 naquela propriedade e econômico porque você vai estar inviabilizado de produzir. Vou
547 fazer o que com o meu pedacinho de terra? Cabe-me trocar, vender e ir embora para a
548 cidade ajudar a encher a cidade. Esse inchaço que está nas médias e grandes cidades.
549 Nós estamos aqui é para isso. É para abrir um canal com essa empresa e não forma que
550 a empresa está nos tratando, os atingidos por essa linha de transmissão. Muito obrigado.
551 - Lessandro Gabriel - Representante AAASF - Presidente? Por favor. Eu fico muito
552 triste quando nós vemos tais situações que não é só esse momento de linha de
553 transmissão que nós chegamos nessa discussão. Há mais ou menos quase um ano atrás,
554 ele teria que estar nesse conselho hoje e o que foi colocado para nós. A própria empresa
555 GASMIG estaria passando uma linha de gás aqui na nossa região saindo de Betim a
556 Uberlândia. Estaria cortando esses municípios todos. Lagoa da Prata foi feita uma
557 audiência pública. Nós temos registro dessa audiência pública da GASMIG. Acho que o
558 Governo só quer colocar as coisas para a sociedade engolir. Nós precisamos parar com
559 isso. Na época nós colocamos para a GASMIG a situação de porque essa linha de
560 transmissão não teria já planejado, ter saído de Betim e saia acompanhando a 262 até a
561 região de Uberlândia? Qual sentido que seria isso? Que forma que colocaria essa
562 situação de produtores rurais serem sacrificados, igual está falando que não tem nem
563 água para beber hoje. O gado dele não tem água para beber porque não pode fazer mais
564 nada na propriedade dele. Ele não pode segurar a água. Ele não pode reter a água. Ele
565 não tem o direito a terra dele mais. Eu coloco minhas palavras em consideração a esses



566 pequenos, porque aquele pequeno que plantava arroz há 15 anos atrás, há 20 anos atrás
567 que plantava arroz e segurava a água não tem água por causa dessas consequências.
568 Você não pode plantar arroz mais. Agora o grande que tem grandes mecanizações,
569 grandes pivôs, grandes situações de colocar o negócio em prática está bem e que se foda
570 os pequenos. Desculpe a expressão. - Edécio Ferreira - Representante FAEMG -
571 Wilson, primeiro cumprimentá-lo. Fomos companheiros no SENAR MINAS, com quem
572 eu aprendi muito naqueles 3 anos de SENAR. Eu quero só colocar aqui que estive
573 conversando com o Dr. Francisco, eu acho a entidade mais adequada para fazer um
574 levantamento e fixar parâmetros seria a nossa EMATER, porque? Ela está presente no
575 Estado inteiro. Os técnicos da EMATER, na maioria dos casos, foi assim como os
576 produtores, não só as propriedades. Conhece os produtores, conhece as suas demandas,
577 suas necessidades e é uma empresa que todos, para todos nós ela demonstra
578 credibilidade. Um laudo da EMATER para mim, foi dito aqui que ela tem fé pública,
579 mesmo se não tivesse para mim a EMATER, o laudo dela seria suficiente. Teria muito
580 mais confiabilidade do que qualquer outra empresa privada. Eu sugiro, deixo a sugestão
581 a empresa e a Superintendência para que façam gestões junto a EMATER. Acredito que
582 com a capilaridade da EMATER que isso seja rápido a EMATER fazer um laudo desse.
583 Ela conhece a região. O técnico da EMATER em pouco tempo levanta todos esses
584 dados das propriedades, dos seus potenciais e obviamente ela tem conhecimento
585 também dessa parte social e econômica das propriedades. Fica a sugestão. - Amilton
586 Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Conselheiro? -
587 Francisco - Representante Ministério Público - Na reunião passada, se não me engano,
588 já tive a oportunidade de me manifestar no sentido de que essas questões sociais na
589 nossa visão não podem escapar da análise do licenciamento ambiental. Mais. São
590 questões que no nosso ponto de vista são postulados de viabilidade que precisam ser
591 analisadas na fase de licença prévia que é o que parece que nós estamos caminhando
592 para fazer. Também acho. Já foi uma sugestão da própria FETAEMG corroborada agora
593 pela FAEMG. Acredito que a EMATER também seja a indicada para fazer isso com um
594 grau de imparcialidade necessária. Deixando claro que o que se busca é o
595 estabelecimento de parâmetros democráticos e coletivos para negociação. É isso que se
596 busca. Eu também faço coro a essa reivindicação e acho que essas questões tem que ser
597 avaliadas antes do julgamento da licença prévia para que na fase de LI e LO, eventual
598 fase de LI e LO o processo não seja tumultuado e não seja submetido a um gargalo
599 como o que nós verificamos em outras experiências. - Amilton Ferri Vasconcelos -
600 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Possui mais um inscrito. 5 minutos,
601 por favor. - Luciano Junqueira - Representante da empresa - Bom dia a todos! Alô?
602 Bom dia a todos. Meu nome é Luciano Junqueira. Eu sou da ATE XVIII. Só queria
603 prestar alguns esclarecimentos. Cumprimentando todos os senhores primeiro. Da
604 maneira que está sendo colocada aqui a empresa está sendo assim um pouco vilã e não é
605 esse o procedimento que nós temos. A empresa, o grupo que é um dos acionistas da
606 ATE XVIII tem em seu currículo mais de 13 mil propriedades liberadas e nem 10%
607 desse total foi na justiça. É um grupo espanhol, mas nós acreditamos muito na justiça
608 brasileira. Nós não fizemos nenhuma obra em nenhuma propriedade sem que o
609 proprietário estivesse de acordo. Toda vez que ele discorda nós levamos o processo a
610 justiça e cabe ao juiz indicar um perito que imaginamos que seja competente para
611 avaliar aquele processo que foi feito. Uma vez dada a decisão do perito é feito o
612 depósito em juízo. Nós podemos contestar, mas o proprietário por sua vez se quiser
613 pode levantar 80% desse valor. Durante todo esse processo a construção está paralisada



614 naquela propriedade. O processo é demorado, mas não é tão demorado assim. É uma
615 questão de 2, 3 meses. É o histórico que nós temos. Segundo, nós não estamos fazendo
616 uma desapropriação. Nós fazemos uma servidão. Um pouco diferente do processo
617 judicial a esse respeito. Gostaria de deixar esclarecido isso aqui. Se os proprietários
618 quiserem ter uma outra avaliação e a EMATER for apresentar um custo para fazer isso,
619 aqueles que tiverem nós podemos até colocar como uma condicionante na LI talvez.
620 Fazer arcar com esse custo se a EMATER estiver não sei, eu conheço a EMATER como
621 um órgão de assessoria agrícola. Eu não sei se ela tem esse órgão de avaliação de terra,
622 mas se tiver naquelas propriedades que houver uma necessidade maior do proprietário
623 nós podemos fazer isso, sem problema nenhum. Agora, eu gostaria de deixar claro, que
624 em todo o nosso processo a última palavra em todas as questões de divergências foi
625 sempre da justiça brasileira que eu acho que tem funcionado bem. Muito obrigado. -
626 Wellington - Representante SEAPA - Agora falando um pouco em nome da EMATER.
627 Realmente nós fazemos esses laudos e não quer dizer que é o técnico, Edécio, que está
628 lá que vai fazer. Tem uma equipe que faz e principalmente porque envolve a agricultura
629 familiar. Nós temos obrigação constitucional de qualquer demanda na agricultura
630 familiar que nós fazemos. Como nós somos prioridade no que segue na agricultura
631 familiar qualquer agricultor que não seja familiar tem que arcar com os custos do
632 Estado. O Estado não pode arcar. No caso da empresa. Provavelmente se procurar a
633 EMATER, ela vai fazer um laudo. Lembrando sempre que o laudo é individual, porque,
634 vou dar só um exemplo. Se você, no caso do Vilson, se ele plantou um milho, alguma
635 coisa lá embaixo. Um hectare de milho fica em torno de R\$ 2.500,00. Se ele for plantar
636 um morango, um brócolis vai 30, 40 mil. Esse histórico também. Não quer dizer que eu
637 vou chegar lá amanhã, o cara vai ser desapropriado e começa a produzir morango ou o
638 que ele nunca produziu. Nós temos esse histórico das propriedades que facilita um
639 pouco. Só para falar em nome da EMATER. Estou falando aqui em nome da SEAPA e
640 da EMATER. Se por acaso ela for procurada igualzinho nosso amigo Eduardo falou.
641 Conheço ele há um tempo aí nas lutas e que já encontrei com ele, tem vários exemplos.
642 Outros exemplos que nós já fizemos esses laudos. Eu posso falar em nome da empresa
643 que pode ficar tranquila. Se nós formos demandados com certeza nós vamos atender. -
644 Silvestre - SUPRAM ASF - Nós recebemos as documentações tanto da empresa como
645 do senhor Eduardo e nós vimos que as diretrizes técnicas e legais apresentadas pela
646 empresa atendia as normas da ABNT. Como nós também analisamos a documentação
647 do senhor Eduardo e nós vimos as preposições dele. Nós constatamos no relatório, no
648 adendo que foi feito. Nós entendemos que a empresa está dentro da conformidade,
649 porém nós entendemos também que uma negociação unilateral não é justa. Essa questão
650 de propor uma empresa como foi citada a EMATER nós não temos esse, nós não temos
651 condição de assumir isso aqui que seja a empresa EMATER, a empresa A, B ou C. Nós
652 até podemos propor uma condicionante que seja feito esse laudo, apresentado essa
653 proposta de laudo técnico para aqueles proprietários que se manifestarem e tiverem
654 interesse nesse segundo laudo. - Paula - SUPRAM ASF - Desde a última reunião,
655 senhores conselheiros, a SUPRAM Alto São Francisco tem pesquisado nos outros
656 processos de licenciamento que passaram por uma situação semelhante quais são os
657 critérios dos planos de negociação que são apresentados. Conforme o Silvestre explicou,
658 do ponto de vista técnico e legal o plano de negociação que a empresa apresentou ela
659 cumpre as diretrizes que nós temos hoje. Acho que isso também ficou bastante claro no
660 nosso adendo que esse plano atenderia. Entretanto, a SUPRAM tem uma limitação
661 nessa discussão uma vez que nós estamos tratando de valores, de negociação, de



662 indenização. Eu também entendo que isso deve ser discutido na licença prévia. Eu
663 concordo também quando o Dr. Francisco fala que é uma questão de viabilidade, porque
664 é. Só que como nós temos essa limitação técnica e jurídica a proposta da empresa, nós
665 trouxemos essa proposta como uma proposta aceita pela SUPRAM, porque ela
666 realmente atende a todos esses critérios e que são os critérios que são utilizados nos
667 outros processos de licenciamento. Entretanto não há objeção da nossa parte em relação
668 a questão da proposta apresentada pelo Eduardo e pelo Vilson. Até questionei ao
669 próprio Eduardo como que seria, para quem seria, quais, como os proprietários
670 poderiam se manifestar. Ele me disse numa conversa telefônica, não é Eduardo? Que se
671 seriam realmente todos aqueles que tivessem interesse na apresentação de um segundo
672 laudo. Por esse aspecto também nós não temos nenhuma objeção e do ponto de vista eu
673 acho que não é um trabalho. O que eu quero que fique claro é o seguinte. Para a LI não
674 é necessário que o empreendedor esteja com todas as áreas negociadas, todas as áreas
675 ajuizadas conforme eu já expliquei na reunião passada. Nós temos uma resolução na
676 SEMAD que permite que ele assine o termo de compromisso conosco. Só que não. Eu
677 entendo que também pode ser papel da SUPRAM fazer essa avaliação se houve para
678 aqueles proprietários interessados na apresentação de um segundo laudo, se esse
679 segundo laudo foi apresentado e foi considerado dentro do processo de licenciamento.
680 Então existe uma diferença no que a SUPRAM pode fazer para poder contribuir na
681 discussão do processo para a licença de instalação sem entrar no mérito em si da
682 negociação, dos valores, enfim, nós podemos contribuir até esse ponto que eu acho que
683 é o nosso papel. Nós estamos aqui é para discutir isso mesmo, sem entrar no mérito do
684 valor que foi pago, de quantas propriedades foram negociadas de forma amigável,
685 quantas propriedades tiveram que ser judicializadas. Eu ressalto novamente para o
686 conselho é que por essa resolução a não negociação não vai ser um impedimento, um
687 impeditivo para a concessão da LI. Entretanto, se nós deixarmos essa recomendação
688 agora na licença prévia de que para aqueles proprietários que queiram um laudo a
689 empresa contrate a EMATER para que ela faça essa segunda proposta, isso nós
690 podemos conferir na LI. Nós podemos fazer essa avaliação sim. - Camilo de Lélis
691 André Melo - Representante FEDERAMINAS - Senhor presidente, gostaria de deixar
692 dois pontos aqui bem claro da minha posição. Quem quiser pesquise as atas anteriores
693 em que houve esses licenciamentos dessas linhas de transmissões e a minha posição em
694 todas elas foi que enquanto não estivesse 100% resolvidas dessas desapropriações não
695 desse o licenciamento. Pode consultar as atas passadas que a minha posição sempre foi
696 essa. Agora quando o Eduardo fala que eu aceitei porque tenho uma condição
697 econômica melhor, não Eduardo, eu aceitei porque essa propriedade que ele passou são
698 30 hectares, é do filho. Ela também é uma propriedade familiar. Por exemplo, nessa
699 propriedade a linha de transmissão está passando em cima de um barracão de um curral
700 e no laudo de desapropriação não cita. Agora o presidente da FAEMG fala que
701 participou dessa negociação da CEMIG. Eu infelizmente não fui contemplado naquela
702 oportunidade não. Agora tem esse problema social? Tem. Ele existe? Existe. Tem que
703 ser solucionado? Acho que tem solucionado que é a minha posição nos outros
704 licenciamentos todos. Não teve FETAEMG, não teve questionamento nenhum. Eu
705 levantei esses questionamentos todos. Eu acho que quando não tiver 100% resolvido das
706 desapropriações não deve dar, não deve conceder a licença. Teve uma dessas linhas que
707 a equipe da empresa falou, mas é herança não sabemos quem é o dono. Não tem
708 problema. Vocês vão atrás dos vizinhos, descobre o dono e faz o acordo. Depois que o
709 acordo tiver feito é que deve ser feito. Agora a minha posição também coincide com a



710 posição da Paula. Acho que ela está de parabéns. Tem instancias que essa questão da
711 indenização é um direito que eu sempre respeitei que é o direito de esperar. Eu acho
712 que nós temos que ter esse direito, tem que correr atrás e usar todos os meios possíveis.
713 - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –
714 Conselheiro? - Wellington - Representante SEAPA - Eu quero deixar aqui bem claro a
715 minha posição. Eu simplesmente esclareci que EMATER faz isso, mas de maneira
716 alguma eu concordo também que sejam vinculados somente a uma empresa. Eu acho
717 que o próprio proprietário se quiser procurar outra empresa em comum acordo com a
718 FETAEMG. Lembrando sempre que se nós formos procurados pela FETAEMG, pelo
719 pequeno produtor o caso é diferente um pouco, sabe Eduardo? Nós temos obrigação
720 constitucional. Eu quero deixar bem claro aqui que a EMATER é prestadora deste
721 serviço, mas não necessariamente a minha opinião é que a empresa tenha que contratar
722 a EMATER porque eu acho que toda vez que você fecha uma empresa pode haver até
723 alguma pressão de algum lado. Como trabalho no Estado eu sei que é de licitação, até
724 nos veta isso. Nós temos que deixar bem a vontade o empreendedor e lembrando
725 sempre, quando se tratar de agricultor familiar nós estamos junto com a FETAEMG. -
726 Não identifique - Amilton, deixa eu só prestar um esclarecimento, por favor na
727 manifestação dele. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto
728 São Francisco – Identifique-se. - Eduardo - Representante FETAEMG - É uma questão
729 de vida real. Ele parte de um princípio corretíssimo. É um mandato constitucional. A
730 EMATER deveria fazer. Agora nós da FETAEMG participa do conselho de
731 administração da EMATER. Nós conhecemos não só a qualidade do trabalho, mas a
732 situação financeira também. Por que a EMATER não está fazendo o CAR? Cadastro
733 Ambiental? Porque a EMATER procurou o Governador e falou. Para eu fazer tantos,
734 colocou um número eu preciso de tanto. Como nós não estamos tratando de um caso,
735 mas em tese, são 778 propriedades, nós estamos propondo que este conselho determine
736 que a empresa procure a EMATER. Nós propusemos a EMATER porque é a empresa
737 pública. Quando propusemos para o Jaíba a EMATER aceitou. Ela é contratada, porque
738 ela não. Se você for lá e falar, José Ricardo, faz esses 778 laudos aqui. Ele vai falar. Eu
739 gostaria, mas eu não tenho dinheiro. Nós propusemos a EMATER porque ela tem
740 credibilidade e é um órgão público. Agora, se a EMATER falar mesmo contratada não
741 posso tem de procurar alternativas. Nós podemos inclusive indicar outras alternativas no
742 âmbito de empresas privadas. Não quer dizer que seja ruim. Outra coisa. Eu falei.
743 Ninguém aqui, nós não estamos propondo a novidade nem, vamos dizer assim,
744 anúncio de Nossa Senhora de Fátima. Não é isso. Isso foi feito. No Jaíba isso foi
745 feito. Em Conceição do Mato Dentro isto foi feito. Isto foi feito em Mariana. Isto foi
746 feito em Aimorés. Isto foi feito em Guanhães. Tudo por proposta nossa. Em todas os
747 empreendedores contrataram a EMATER. Alguns casos para prestar assistência técnica
748 e extensão rural ao longo de alguns anos. Outros casos para fazer laudo. A EMATER
749 tem ART para fazer laudo de avaliação. Repito o que o Vilson disse. Nós queremos
750 negociar, mas nós precisamos de um mínimo de condições. Isso se materializa se nós
751 tivermos um laudo e não for apenas unilateral. Por que nós falamos quem quiser? Isso é
752 princípio básico. Quem quiser. Nós não estamos aqui para obrigar. Se a pessoa não
753 quer, não quer. Agora a empresa informando, ao invés de informar só o nome,
754 informando a propriedade que ele tem, informando o endereço nós vamos entrar em
755 contato com todos, vamos explicar opção e aqueles que quiserem vão no escritório da
756 EMATER e vão se cadastrar a EMATER. Isso no pressuposto de que a empresa vai
757 procurar o José Ricardo para acertar, porque quem tem de acertar esta contratação é o



758 presidente da EMATER. Nós conhecemos a dinâmica institucional da empresa. Em 15
759 dias nós teremos condições de avisar a todos para que aqueles que quiserem façam a
760 opção. Nós só podíamos propor a quem quiser. Não pode ser obrigatório. É esse. Eu
761 acho que é o caminho da negociação. Nós queremos e aí? - Não identificou - Parece-me,
762 eu quero pedir aos senhores conselheiros a compreensão. - Amilton Ferri Vasconcelos
763 - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Por favor, identifique-se. - Vilson
764 - Representante FETAEMG - Porque. E atingido. Como teve o senhor representando a
765 empresa. A nossa terra não está a venda. Ela não é objeto de especulação. É o nosso
766 objeto de sobrevivência. Para muitos a EMATER sabe disso. Nós ainda estamos na
767 situação da agricultura de subsistência. Eu como aquilo que eu produzo. Como essa
768 linha de transmissão. A classe dela é 5. Não é isso? 5. Eduardo, 5? Estágio dela? Eu vou
769 ficar inviabilizado de algumas culturas Edécio. Eu vou produzir, mas não vou poder
770 plantar mais. Os valores. Porque se tivesse assim. Eu não queria essa linha de
771 transmissão na porta da minha casa. Já sei os impactos. Eu não queria o dinheiro
772 nenhum. Eu quero a minha propriedade. O que nós queremos e também não estamos,
773 nós estamos querendo aqui é negociar. Proponho ir para justiça não. Se não der a
774 negociação nós temos o caminho do judiciário. São outros caminhos, mas quero colocar
775 aqui que essa terra não é matéria de especulação. O valor dela não vem com tabela de
776 IBGE porque é terra fraca, é cerrado. Não interessa. A minha terra tem 200 anos. Eu não
777 vendo por preço nenhum. Tem o lado social, o lado ambiental, o lado econômico da
778 minha vida, da minha família. É isso que nós queremos. Eu queria ir um pouco mais
779 profundo. Para quem é conselheiro e tem uma fazenda, um sítio sabe muito bem da
780 situação. Para quem depende da sobrevivência dele sabe dessa situação. Diz que lei não
781 muda o homem, mas o homem muda a lei. Nós vamos ser 768 atingidos. Se juntar todo
782 mundo, se pegar nossos sindicatos Edécio e falar. A negociação aqui vai ser essa. Se
783 não for essa não vai passar a rede em lugar nenhum. Eu duvido se não vai abrir ou se vai
784 abrir um canal de negociação. Fizemos em Irapé e foi aberta a negociação. Duvido que
785 a empresa vai vir passar um trator. Não passa. Não passa. Não vai passar. Nós vamos
786 reunir, chamar todo mundo. O que nós queremos é negociar. Não estou aqui brigando
787 por dinheiro. Eu estou aqui brigando por um bem sagrado que o meu avô, meu pai
788 deixaram para mim, sabe Edécio? Aonde eu ia plantar cana, capim para tratar das vacas
789 com a seca agora. Nós temos uma outra coisa, Edécio, você que é dessa região, Pois é.
790 A nossa região centro-oeste dita como região rica não tem nenhum projeto social. As
791 outras regiões, região dos semiáridos, Sudene, estão recebendo alguns benefícios e nós
792 não estamos recebendo nada. A seca nos pegou aqui. Melhor. O Mucuri tem mais água
793 do que nós. A região do Mucuri. Eles estão na região do semiárido. Estão recebendo
794 caixa d'água lá, cisterna. Nós não recebemos nada. Nós não recebemos nada. O que nós
795 estamos aqui defendendo é a nossa propriedade, porque eu não quero ir para a cidade.
796 Vou morrer defendendo meu povo, a minha categoria. Eu não vivo na terra como brisa.
797 Ela precisa de produzir também. A nossa discussão é essa. Nós temos o respeito, até
798 porque nós defendemos a nossa EMATER. Sou conselheiro da EMATER. Temos
799 quantas idas e vindas ao Governo para defender a nossa empresa. Abrir esse canal com
800 a empresa. Abra esse canal conosco junto com a EMATER para nós negociarmos. Abrir
801 o horizonte de negociação. Agora, se não der nós tomamos cada um o seu rumo e nós
802 sabemos qual é o nosso rumo que vamos tomar. Obrigado. - Luciano Junqueira -
803 Representante da empresa - Só queria reafirmar que nós não violamos nenhuma
804 propriedade. Nós só entramos nas propriedades com a autorização dos proprietários.
805 Nós não temos nenhum receio de laudo, porque da mesma maneira que o laudo pode ser



806 desfavorável para nós pode ser para recorrer na justiça. Justiça brasileira eu acho que
807 existe para dirimir esse tipo de dúvidas. Como eu posso afirmar ao senhor também que
808 essa proposta de 1800 para 13 mil eu posso afirmar que não foi da minha empresa.
809 Muito obrigado. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto
810 São Francisco - Eu acho que foi bastante discutido. Até rico. Eu tenho, eu vou passar
811 para a Diretora de Controle Processual para poder. - Francisco de Assis Braga -
812 Representante ABES - Só um minuto quero me manifestar. Eu acho que a discussão
813 está bem amadurecida. Na minha opinião, o caminho é no sentido de que realmente nós
814 não podemos avançar nesse processo sem dirimir essa questão sem que ela seja
815 resolvida. Na minha opinião também a proposta apresentada de avaliação pela
816 EMATER também me parece uma proposta interessante. Resta saber se a instituição
817 tem fôlego para fazer isso, ou seja, é preciso consultar. Precisa saber se a instituição
818 teria capacidade técnica. Eu digo capacidade não é competência não. É disponibilidade
819 de pessoal para poder executar o serviço que é um serviço grande. 768 propriedades é
820 um serviço relativamente vultuoso. Precisaria de saber se o tempo para elaborar isso e
821 até um certo orçamento. Na minha opinião, para nós, no sentido de encaminhamento
822 nós precisamos buscar essa solução. O que o conselho precisa resolver aqui neste
823 momento junto com a SUPRAM e toda essa discussão é se nós vamos aguardar essa
824 decisão antes de colocarmos em votação a LP ou se nós vamos aprovar essa LP
825 condicionada que esse trabalho seja feito para então na LI nós batermos o martelo ou
826 não. São duas situações. Ou nós retemos o processo, o processo continua baixado até
827 que se resolva essa questão da negociação ou então nós voltaríamos aqui no exato
828 momento em que foi feito o acordo, ajustou-se com a EMATER. Então, estabeleceu-se
829 uma mesa de negociação. Ela existe. A partir desse momento nós podemos apreciar a
830 LP, porque foi dado o encaminhamento satisfatório para resolver e dirimir essa questão.
831 - Eduardo - Representante FETAEMG - Se este conselho e a SUPRAM pudessem nos
832 autorizar, vamos dizer assim, a FETAEMG tem condição de na única dependência da
833 agenda do José Ricardo, que é o presidente da EMATER, não sabemos se ele estará lá
834 amanhã, mas nós temos porta aberta lá. Nós podemos nos reunir com ele. Isso é um
835 assunto que ele conhece tranquilamente. Ele participou. Eu fui relator. O contrato é
836 simples. O contrato é simples. A questão da contratação ele dando sinal verde que é a
837 capacidade da EMATER fazer, o entendimento vai ter de ser entre a EMATER e a
838 empresa. Nós queremos que isso se resolva rapidamente. Eu acho que acertando os
839 termos, porque inclusive os termos financeiros que eu conheço, a EMATER foi
840 contratada em vários, ela trabalha com os preços normais dela de prestação de serviço.
841 Uns 15 dias recebendo, a SUPRAM recebendo a localização das propriedades e dos
842 proprietários nós temos condições de em 15 dias, por exemplo, avisar a todos para que
843 todos façam a opção. Nós teríamos o encaminhamento do laudo e a questão que o Dr.
844 Francisco colocou das diretrizes de negociação. Eu acho que é um caminho com o
845 horizonte bom de negociação. - Camilo de Lélis André Melo - Representante
846 FEDERAMINAS - Professor Francisco, só concordando com o senhor. Acho que o
847 senhor está de parabéns. Sua fala foi muito oportuna principalmente a respeito da
848 EMATER. Até porque pelo que nós fomos informados a FETAEMG está agindo em
849 todos os processos dessas linhas no Estado de Minas Gerais. Devem ter outras linhas em
850 licenciamento. Essa mesma deve estar continuando o licenciamento. A EMATER
851 supriria essa demanda no Estado de Minas Gerais inteiro de imediato? É onde eu acho
852 que o senhor tem razão. Tem que perguntar. Uma outra sugestão que eu daria é a
853 seguinte. É que as nossas universidades agrárias tem estagiários, o senhor sabe disso



854 muito bem, que estão aptos a fazer para ajudar nesse processo. Eu acho que a
855 universidade também, as faculdades são um caminho excelente. - Francisco de Assis
856 Braga - Representante ABES - Paula, quer comentar sobre essa possibilidade e o que a
857 SUPRAM, talvez até o próprio empreendedor, representante do empreendedor o que ele
858 acha desse tipo de encaminhamento. Porque nós aqui já gastamos bastante tempo. O que
859 não seja importante, mas acho que nós já chegamos num ponto que podemos decidir,
860 não é? - Paula - SUPRAM ASF - O Eduardo se me permitir eu discordo dessa
861 colocação. Eu não acho que a LP dependa dessa negociação em si de fechar um acordo
862 com a EMATER. Eu acho que se ficar esse pedido aqui que a EMATER, pelo conselho
863 que vai haver esse segundo laudo, que para mim parece que já é um consenso desse
864 próprio encaminhamento, eu acho que nem tanto ao mar nem tanto a terra. Nós estamos
865 pedindo para o empreendedor fazer uma negociação sem ter a sua viabilidade ambiental
866 atestada. Eu acho que nós estamos indo um pouquinho além da discussão. Eu concordei
867 até agora. É a minha opinião. Eu acho que isso pode perfeitamente ficar como uma
868 condicionante de LP para que nós confirmamos isso em LI que foi especificamente a sua
869 pergunta, professor. - Francisco de Assis Braga - Representante ABES - Só um
870 minutinho, Paula. Eu não disse, eu não quis dizer que teriam todos os acordos
871 assinados. Pelo menos eu quis sugerir a criação dessa mesa de negociação definida
872 porque ela não existe hoje. Como eu disse. Talvez tenhamos que aguardar pelo menos
873 até a próxima reunião para ver esse contato. Eu não sei se há concordância da empresa
874 da contratação desse serviço e que está havendo uma sugestão também. Não é uma
875 imposição. Como foi dito aqui. Uma sugestão. Cabe a consulta. Precisa sentar esse
876 grupo com a SUPRAM intermediando e a FETAEMG intermediando o empreendedor e
877 os proprietários no sentido de que vamos construir essa mesa? Vamos. Nessa mesa vai
878 sentar um laudo técnico elaborado por um contratado pela empresa, eu não sei e da
879 EMATER ou só o da EMATER. Não sei. De maneira que se crie esse fórum de
880 negociação. Essa é a minha opinião. Uma vez acertado isso talvez nós possamos votar a
881 LP, porque temos construído o fórum e na LI vai estar condicionado que esses acordos
882 precisam ter sido feitos, construídos. - Luciano Junqueira - Representante da empresa -
883 Para nós fazermos essas avaliações nós contratamos uma empresa. Nós temos uma
884 empresa contratada que fez o laudo de reconhecida competência nacional. Por isso que
885 para a empresa esse laudo é justo. Nós trabalhamos com ele. Nós propusemos aos
886 proprietários esses valores. Todos os proprietários que discordarem desse valor tem a
887 liberdade de questionar e não aceitar a nossa proposta. Entendeu? Eu acho que se nós
888 fizermos o segundo laudo não vai adiantar nada. Mais. Eu só posso tomar providências
889 como eu estou tomando definitivas a partir da LP. Não me interessa. Se eu não tiver a
890 LP o que eu vou fazer com as propriedades que eu já indenizei para a servidão?
891 Entende? Acho que isso é uma questão que a LP tem que ser prioritária. É a visão do
892 empreendedor, pelo menos. - Francisco de Assis Braga - Representante ABES - Foi isso
893 que eu disse. A ideia é tentar criar condições para resolver a questão e uma vez
894 resolvida, o assunto vai ser discutido e vai haver essa possibilidade de quem quiser ter
895 um segundo, ter uma segunda avaliação que vai ser posta a mesa. Eu acho que se
896 estabelecer essa relação nós teríamos condições de votar a LP. - Eduardo -
897 Representante FETAEMG - É só uma observação. Eu vou ficar com o tributo da
898 coerência. Vou ter de ficar com esse tributo. Atribuíram-me isso. Ele disse que não pode
899 contratar um outro laudo que ele não tem LP, mas negociar ele pode. Na reunião
900 passada eles vieram aqui se vangloriaram e nós é que falamos que estavam negociando
901 sem ter LP. A questão é essa. Desculpe-me, Paula, ou a SUPRAM aceita a posição do



902 Dr. Francisco, a nossa posição e eu digo a da maioria dos conselheiros do COPAM de
903 que esta questão tem de ser discutida na LP. Esta LP ao ser concedida tem validade de 4
904 anos, concorda? Colocar para avaliar na LI? 4 anos. Nós não podemos. O que nós
905 queremos é o estabelecimento de uma mesa de negociação com a participação dos
906 conselheiros que quiserem. Gostaríamos muito que o Dr. Francisco participasse e que a
907 empresa se afaste desta posição de que o laudo dela é suficiente para orientar o processo
908 de negociação. Nós precisamos de um segundo laudo, porque senão nós não temos
909 argumentos na mesa de negociação. Eu não estou dizendo que o laudo da empresa não
910 presta. Não estou dizendo isso, mas estou dizendo que a outra parte tem direito de ter
911 um laudo. É esta a questão. Este ônus financeiro que em relação ao que estão ganhando
912 é insignificante. Do custo total de Irapé, o reassentamento de 660 famílias e a
913 indenização de 480 significou para CEMIG 0,6% do custo total da obra. Irapé se pagou
914 em 3 anos de geração. Eu acho que quando nós falamos fica com o ônus é preciso ficar
915 claro que é pouco em relação ao que se ganha. Isso precisa ficar claro. Reafirmo. Nós
916 queremos negociar. É isso que nós queremos. Todo mundo aqui concorda com a última
917 decisão se necessário no poder judiciário. Agora o senhor sabe muito bem que não tem
918 nenhum sentido o que o senhor falou de 2, 3 meses resolve. Não é assim. Leva muitos
919 anos. Só tem um lado que fica no prejuízo se for para a justiça. O COPAM tem de
920 garantir a melhor condição possível no licenciamento. Isso é uma atribuição do
921 COPAM. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
922 Francisco - Por favor, muito obrigado. Conselheiro? - Francisco de Assis Braga -
923 Representante ABES - Só um instante. Sugestão para a empresa. Não sei se a empresa
924 já contratou o serviço. Se trabalhar só com o laudo da EMATER? Porque da mesma
925 forma que o Eduardo comentou que eles também estão, entre aspas, a mercê do laudo
926 elaborado pela empresa, pediria o contraponto de um laudo de uma outra empresa se
927 nós tivermos somente a mesa. Estou sugerindo. O laudo elaborado pela EMATER
928 talvez atendesse os dois lados se a empresa concordasse. Essa questão estaria bem
929 encaminhada. - Luciano Junqueira - Representante da empresa - Eu trabalho com a
930 empresa desde antes do leilão. O meu serviço está pronto. Entendeu? Agora, não sei, eu
931 faço mesa de negociação com o pessoal da FUNAI, com o INCRA. Agora eu acredito
932 que na maioria dessas propriedades que nós estamos atravessando não são tutelados. Eu
933 acredito que quando eu converso com um deles tem poder de decisão sobre a posse
934 deles. Eles não precisam da tutela da FETAEMG e muito mais. Eu não entro em
935 nenhuma propriedade onde não tenha um documento escrito autorizando entrar. Mais.
936 Eu não faço um buraco enquanto eu não tiver LI. Se a LP demorar 4 anos, a minha
937 concessão são 30 anos a partir de 2012. Nem sei a data direito. Esse prazo está
938 correndo. Eu tenho que reaver o investimento que eu estou fazendo nesse período.
939 Entendeu? É isso que eu falo. Todas as questões aonde há discordância com o
940 proprietário a empresa acha que meio de solucionar esse problema é na justiça. A
941 justiça, o perito da justiça que nós encaminhamos. - Camilo de Lélis André Melo -
942 Representante FEDERAMINAS - Fazer uma pergunta para o senhor. Nesse
943 licenciamento específico são quantos as propriedades da FAEMG que ainda não foram
944 negociadas? O senhor não sabe quantas? Porque será, Vilson, que a FAEMG não teria
945 condições de... FETAEMG, desculpe. Porque todas as duas são muito importantes. A
946 FETAEMG não tinha condições de providenciar esse laudo para os seus inscritos e
947 entrar com eles não? Não sei se seria uma outra solução. - Vilson - Representante
948 FEATEMG - Eu acho que, senhor presidente, senhores conselheiros, nós estamos aqui
949 para defender. Tem esse negócio de tutela, a Federação representa. A forma. Eu devia



950 ter gravado a forma que o seu pessoal está conversando com o nosso pessoal em campo.
951 Principalmente aqueles mais humildes. Que vai lá no campo. O pessoal que vai
952 conversar. Eles já chegam com forma agressiva. Se você concordar bem, se não
953 concordar nós vamos entrar de qualquer jeito. Não é assim que conversa. Nós estamos
954 em pleno século XXI. Temos uma lei maior que a Constituição. Não, vamos gravar.
955 Vamos gravar, porque eu sei chegar, se eu sou uma pessoa egoísta eu negociaria a
956 minha sem olhando os outros. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da
957 URC Alto São Francisco – Por favor, conclua. - Não identificou - Nós estamos
958 querendo assumir essa negociação. Eu quero insistir com veemência a esse conselho, a
959 nossa terra não está a venda. Ali tem um valor social, valor econômico e manutenção
960 daquelas famílias. Nós não queremos vir para a cidade inchar as cidades. Além disso, o
961 preço que eles avaliaram eu não vendo aquela terra em hipótese alguma. Só para dar um
962 exemplo aqui para vocês. Foi avaliado, senhor presidente, por favor. Minha propriedade
963 não tem 10 hectares. Foi avaliado na divisão da minha herança agora com o falecimento
964 da minha mãe e vou colocar por baixo 15 mil reais um hectare limpo. Essa linha, eu vou
965 ser atingido com 2 hectares de terra, ou seja, 30 mil reais. Eles me ofereceram 3 mil
966 reais. A cultura, o nosso técnico da EMATER falou muito bem. Eu não posso colocar
967 cana, eu não posso colocar um capim para tratar as vacas, eu não posso colocar o
968 eucalipto. Eu vou ficar inviabilizado da minha produção. É isso que eu estou falando.
969 Nós não estamos com a nossa terra a venda. Nós estamos insistindo para nossa
970 manutenção no campo. Só isso. Obrigado. - Paula - SUPRAM ASF - Para finalizar,
971 Amilton, prometo que vai ser a última intervenção. Só para corrigir. A SUPRAM tenta
972 fazer o trabalho da melhor forma possível, mas podemos sim ter opiniões diferentes do
973 próprio conselho. Com todo respeito, as opiniões que são traçadas. Se fosse para nós
974 termos uma, para eu fazer essa discussão de uma forma simplista eu simplesmente
975 colocaria o nosso parecer que atendem aos requisitos técnicos e jurídicos, mas não é
976 essa a nossa proposta. Por isso que nós estamos aqui abrindo a discussão e tentando
977 achar um caminho. Eu acho que já houve predisposição tanto do empreendedor em
978 pagar e receber esse, contratar a EMATER quando houver a manifestação positiva do
979 próprio, do proprietário, do atingido. Eu acho também que o conselho já, até pelas falas
980 já dá um indicativo de que isso realmente vai ser necessário, vai ser colocado no
981 processo de LP. Eu reafirmo que não é para que essa negociação fique pós concessão de
982 LI. Essa concessão, a sugestão da SUPRAM é que se houver realmente, se o conselho
983 manifestar da necessidade dessa mesa de negociação e dessa segunda avaliação que isso
984 possa ser colocado como uma condicionante da LP que não autoriza a implantação do
985 empreendimento para que nós possamos conferir isso antes da concessão da LI. A
986 proposta da SUPRAM é essa. - Vilma - SUPRAM ASF - Só para poder esclarecer o
987 motivo pelo qual o processo vai ser baixado em diligência. Na última reunião o
988 processo foi baixado em diligência para que a empresa apresentasse ou uma nova
989 declaração da Prefeitura, uma declaração de conformidade da Prefeitura de Arcos ou um
990 documento equivalente. Ela nos apresentou uma decisão liminar onde suspendeu essa
991 revogação da declaração de Arcos, no entanto ontem a tarde nós recebemos uma
992 informação de que a Prefeitura de Arcos havia conseguido através de uma decisão do
993 tribunal suspendendo essa primeira decisão liminar onde tinha declarado que aquela
994 revogação da declaração da Prefeitura naquele momento não podia ocorrer. O processo
995 está sendo baixado em diligência para isso. Para que a empresa apresente um outro
996 documento equivalente de conformidade. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
997 Suplente da URC Alto São Francisco – Senhores conselheiros, portanto. - Edécio



998 Ferreira - Representante FAEMG - Dra., a senhora falou informação ou recebeu o
999 documento? Porque a informação só para mim não vale nada. - Não identificou - Nós
1000 recebemos um e-mail ontem do Ministério Público nos informando desta decisão que
1001 saiu dia 13 e hoje a Prefeitura de Arcos juntou um documento no processo que foi
1002 entregue para mim. Foi. Não, foi direto. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
1003 Suplente da URC Alto São Francisco - Após as colocações da Diretora de Controle
1004 Processual vou baixar em nova diligência até que, pelo fato de ser uma suspensão até
1005 que essa suspensão seja decidida. O item, o processo do item 5.1 volta para uma nova
1006 **BAIXA EM DILIGÊNCIA**. Vou seguir para o item 6.1.6. **Processos Administrativos**
1007 **para exame da Licença de Operação Corretiva: 6.1 Sul Ita Transportes e Serviços**
1008 **Ltda. (Ex - Mineração Sul Ita Ltda.) - Extração de rocha para produção de britas**
1009 **com ou sem tratamento - Abaeté/MG - PA/Nº 00043/1997/006/2011 DNPM**
1010 **831.620/1996 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF. RETIRADO DE PAUTA em**
1011 **18/09/2014.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
1012 Francisco - Destaque da SUPRAM. - Não identificou - O que o senhor encaminhou, por
1013 favor? - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
1014 Francisco - Oi? - Não identificou - O que o senhor encaminhou? - Paula - SUPRAM
1015 ASF - É só o motivo de nós até termos discutido foi realmente tentar dar uma diretriz
1016 para o processo. Eu pediria que o conselho, enfim, se se sentir confortável, mas que já
1017 manifestasse, já desse uma diretriz para que a própria SUPRAM pudesse trabalhar e já
1018 trazer o processo na próxima vez com tudo isso resolvido. - Amilton Ferri Vasconcelos
1019 - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Essa discussão foi justamente
1020 para nós podermos pensar mesmo numa saída já para a próxima reunião. Se caso os
1021 conselheiros já quiserem já tomar um posicionamento para a próxima reunião fiquem a
1022 vontade. - Wellington - Representante SEAPA - Eu tenho uma proposta que é a
1023 seguinte. Nós propormos igual o Dr. Francisco faz que a empresa procure a EMATER
1024 para que haja a negociação e que até a próxima reunião esse contato seja feito. Não
1025 estou querendo falar essa contratação, mas pelo menos esse contato seja feito. A
1026 contratação depende de enes fatores que não sou eu quem decido. Não sou presidente da
1027 empresa. Eu acho que se o conselho puder fazer isso. Proposição para que as duas partes
1028 entrem num acordo, porque senão na próxima reunião vai ter essa discussão toda de
1029 novo. - Francisco de Assis Braga - Representante ABES - Tem no parecer, um adendo
1030 no parecer único. Tem uma proposta aqui que parece que seria talvez o
1031 encaminhamento. Está dentro, está dito assim. Embasado em suas considerações o
1032 Senhor Eduardo sugeriu as seguintes recomendações. Eu colocaria 2. Não colocaram o
1033 processo em deliberação na URC até que sob mediação da SUPRAM e do Ministério
1034 Público sejam estabelecidos critérios adequados de indenização e elaboração de laudos.
1035 Ou seja, é criar esse fórum adequado para se chegar a definição. Isso, na minha opinião,
1036 uma vez estabelecida essa mesa de negociação nós podemos conceder a LP e teremos os
1037 4 anos de repente para chegar a discussão da LI, mas teríamos esse período para estar
1038 resolvendo todas as questões. Não é isso que você colocou aqui Eduardo? Porque está
1039 registrado aqui. Não sei se vocês fizeram o encaminhamento adequado para se tentar
1040 construir o caminho. - Não identificou - No nosso entendimento e se fosse possível esse
1041 conselho determinar o seguinte. A instalação de uma mesa de negociação com a
1042 mediação da SUPRAM, a participação de todos os conselheiros que quiserem. Nós
1043 gostaríamos muito que o Dr. Francisco participasse. Nós, FAEMG e a empresa.
1044 Primeira questão é essa. Segunda questão. A empresa de imediato faça um contato com
1045 a EMATER para contratar a EMATER para ela fazer os laudos daqueles que assim o



1046 quiseram. Neste caso a SUPRAM recebendo os endereços das pessoas nós vamos
1047 informar a cada essa possibilidade e eles se cadastrariam de imediato num escritório da
1048 EMATER desses municípios. Então, a EMATER saberia que tem que fazer tantos
1049 laudos. Ela teria esse número, porque pelo que nós conhecemos a empresa procurando a
1050 EMATER, a EMATER vai falar o seguinte, eu posso fazer e o preço por laudo é tal. É
1051 tanto. É o método que ela utiliza. Se 200, por exemplo, proprietários quiserem serão
1052 feitos 200 laudos. Você tem o entendimento, qual é o prazo, qual é. Eu traduziria dentro
1053 do que o senhor me perguntou a proposição no nosso entendimento poderia ter essa
1054 formulação. - Não identificou - Eduardo, faltou um acréscimo. FAEMG e FETAEMG. -
1055 Não identificou - Eu coloquei. - Não identificou - Eu vou propor, Edécio, para a
1056 FETAEMG e a FAEMG terem uma reunião com a FETAEMG, FAEMG e EMATER
1057 juntas para nós discutirmos o impacto que vai dar essa linha de transmissão na nossa
1058 propriedade. - Camilo de Lélis André Melo - Representante FEDERAMINAS - Eu acho
1059 que isso tudo que nós estamos discutindo aqui primeiro tem que passar pela Paula. Ela
1060 que vai dar as diretrizes para nós. Não vai adiantar nada. Outra pergunta, Paula. Cassou
1061 a licença da Prefeitura de Arcos e se a Prefeitura não der essa licença? Como é que fica?
1062 Só uma curiosidade. - Paula - SUPRAM ASF - A questão já está na justiça. Agora é o
1063 que a justiça determinar. Ela cancelou, como o Mário explicou nós não podemos
1064 colocar o processo em votação sem ter a declaração de conformidade de todos os
1065 municípios. - Vilma - SUPRAM ASF - Só para poder retificar. O tribunal suspendeu.
1066 Está suspensa. Abriu vistas para a empresa poder manifestar. Não tem uma decisão
1067 definitiva ainda. Está suspenso. - Não identificou - Complementando. Eu quero deixar
1068 bem claro que a SUPRAM vai fazer, ela não vai fazer essa intervenção numa mesa de
1069 negociação, porque nós vamos acompanhar se houve a apresentação ou não, porque
1070 realmente eu não nem eu acredito que nem o próprio Ministério Público tem esse
1071 condão de ficar participando de negociação com os proprietários. A proposta número 2
1072 ele cita a SUPRAM e o Ministério Público. Eu falo em nome da SUPRAM que nós não
1073 podemos fazer esse papel, nós não podemos desempenhar esse papel. Como eu
1074 expliquei a SUPRAM está predisposta a avaliar se houve ou se não houve essa
1075 contrapartida, mas entrar, sentar numa mesa de negociação isso não é o nosso papel. -
1076 Vilma - SUPRAM ASF - Eu tenho uma sugestão para poder fazer. Nós colocaríamos
1077 diante das nossas restrições a SUPRAM não pode, mas o conselho pode no momento da
1078 votação, votar uma condicionante para que seja apresentado na formalização da LI um
1079 novo laudo com a metodologia. Seria um segundo laudo. A SUPRAM avaliaria, traria o
1080 processo de LI para poder ser votado e condicionaria ele no termos da 17/76 onde ele só
1081 poderia intervir depois de todas essas negociações finalizadas. - Marcos Veloso -
1082 Representante CREA - Eu estou aqui em dúvida e gostaria que uma explicação. Nós
1083 como, o conselho tem direito a exigir esse acordo ou concordar com ele? Porque eu
1084 acredito que nós não poderemos exigir isso. A concordar com um acordo feito pelas
1085 partes tudo bem. Agora essa questão de ser votada para nós exigirmos o contrário eu
1086 acho, posso até ser convencido, mas até o momento não estou acreditando que possa ser
1087 assim não. - Francisco - Representante Ministério Público - Vamos tentar balizar
1088 algumas questões. O que está sendo proposto é o estabelecimento de parâmetros
1089 coletivos e democráticos para negociação. Na visão dos interessados esses parâmetros
1090 coletivos e democráticos se dariam a partir da elaboração de um laudo da EMATER.
1091 Portanto, essa mediação para o estabelecimento desses parâmetros já está acontecendo
1092 no dia de hoje pelo conselho. Certo? O conselho pode pedir a SUPRAM que considere
1093 no processo de licenciamento prévio que haja o estabelecimento de parâmetros



1094 democráticos e coletivos que parâmetros são esses? A apresentação de um laudo pela
1095 EMATER. Ok? Não sei se os senhores conselheiros estão de acordo com o que eu estou
1096 dizendo. Essa mediação, portanto, para o estabelecimento de parâmetros já está
1097 acontecendo no dia de hoje pelo próprio conselho. Isso não é atribuição só do Ministério
1098 Público, da SUPRAM. Isso é atribuição do órgão competente para licenciar. O órgão
1099 competente para licenciar é a URC. Certo? Então que para que a licença prévia seja
1100 julgada que esses parâmetros estejam bem delimitados. Quais parâmetros são esses?
1101 Segundo o que ficou acordado pelas partes interessadas a apresentação de um laudo pela
1102 EMATER. É isso? Estou correto? - Vilma - SUPRAM ASF - Não, Dr. Francisco. Esse
1103 novo laudo seria uma condicionante para formalização da LI. - Francisco -
1104 Representante Ministério Público - Não. A apresentação dos laudos individuais, da
1105 negociação, do recebimento de valores, eu não estou discutindo isso agora. Nós estamos
1106 discutindo parâmetros. Os parâmetros quais são? Vai ficar definido um parâmetro.
1107 Certo? O parâmetro é a apresentação de laudos ou, enfim, pelo menos a intervenção da
1108 EMATER nesse particular. Só acho temerário nós julgarmos isso hoje, por que? Porque
1109 isso dependerá de uma contratação entre envolvidos e EMATER. Contratação envolvem
1110 duas vontades. Nós não sabemos se a EMATER vai ter vontade de contratar. Hoje, fica
1111 difícil trazer essa definição. No meu ponto de vista. Agora já existe uma sinalização de
1112 que esses parâmetros serão os parâmetros chancelados pela EMATER. Agora, nós
1113 precisamos saber se a EMATER está disposta realmente a fazer isso. Nós não temos
1114 como falar pela EMATER. O Wellington não tem condições de carimbar isso hoje. -
1115 Vilma - SUPRAM ASF - Dr. Francisco, eu só quero deixar bem claro qual seria o meu
1116 posicionamento. Esse laudo não seria uma condição para nós colocarmos a LP em
1117 votação. - Francisco - Representante Ministério Público - Não. Eu não estou falando do
1118 laudo. Eu estou dizendo que a LP deve ser votada somente após o estabelecimento do
1119 parâmetro. Hoje se nós julgarmos LP da forma que o parecer único foi redigido nós não
1120 estamos falando absolutamente nada dessa negociação. Se no parecer único houver a
1121 inserção desses parâmetros na LP nós podemos sim tentar analisá-la. Eu não estou
1122 falando de pagamento, não estou falando, enfim, de nada disso da apresentação de
1123 laudos individuais. Eu estou falando do estabelecimento de parâmetros. Eu acho que
1124 essa é a reivindicação desde o início. Estabelecimento de parâmetros coletivos. Confere
1125 Eduardo? - Não identificou - Plenamente. - Não identificou - Se o parecer único que for
1126 submetido a julgamento, já que o processo está sendo baixado em diligência também
1127 constar quais são os parâmetros estabelecidos para essa negociação. Os parâmetros. Não
1128 estamos falando de laudos individuais. Eu acho que nós já temos uma sinalização e pelo
1129 menos condições de amparar um pouco melhor a viabilidade nesse particular. E aí?
1130 Numa fase posterior os eventuais pagamentos, as negociações concretizadas. O
1131 estabelecimento de parâmetros pelo menos isso é preciso que haja. A minha opinião
1132 pessoal inclusive é de que as negociações devem estar concretizadas, mas a partir de
1133 parâmetros definidos, mas considerando também a posição do conselho, enfim, eu acho
1134 que se o parecer, entenderam? Se houver uma inserção no parecer único, ou seja, se a
1135 licença prévia que for julgada por nós já tiver consignado os parâmetros e esses
1136 parâmetros estão sendo acordados, ok. O problema é que hoje eu não sei se nós temos
1137 condições de avaliar isso, já fazer esse adendo ao parecer único digamos assim, porque
1138 vamos depender da EMATER. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da
1139 URC Alto São Francisco - Prezados conselheiros, eu não estou colocando em votação
1140 absolutamente nada aqui. É só o encaminhamento. A discussão eu abri justamente para
1141 nós fazermos esse trabalho hoje para adiantar a próxima reunião. Não está sendo



1142 colocado nenhum, nada em votação. O encaminhamento eu acho que ficou. Eu acho que
1143 os conselheiros já, a maioria pelo menos já se pronunciou na questão do
1144 encaminhamento. A SUPRAM já entendeu. O empreendedor também e os atingidos. Eu
1145 acho que o encaminhamento está feito. A votação, ele só retorna com o posicionamento
1146 da questão da Prefeitura, da questão da suspensão da liminar se ela vai ser retornada ou
1147 vai mudar a linha. Isso só vai voltar depois disso decidido. O encaminhamento eu acho
1148 que está feito. Por favor, senhores conselheiros, nós vamos, vou voltar. - Não
1149 identificou - Dr., resume o encaminhamento. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
1150 Suplente da URC Alto São Francisco - Sim, o encaminhamento está colocado
1151 conforme você já foi colocado por você mesmo no item 2. Está colocando o
1152 encaminhamento. A SUPRAM entendeu o posicionamento do conselho e os
1153 conselheiros todos já opinaram. - Francisco - Representante Ministério Público - Posso
1154 dar talvez uma sugestão desse resumo? O encaminhamento talvez seja que o processo
1155 só seja submetido a julgamento novamente a partir da definição e da chancela pela
1156 SUPRAM dos parâmetros básicos de negociação. Agora cabe as partes envolvidas
1157 comunicar a SUPRAM quais esses parâmetros foram definidos no decorrer desse
1158 tempo. - Não identificou - Nós vamos procurar a EMATER. É isso? - Amilton Ferri
1159 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Por favor. - Não
1160 identificou - Juntamente com a empresa. Se esses parâmetros ficarem definidos essa
1161 comunicação será feita à SUPRAM e a SUPRAM fará constar isso no parecer de licença
1162 prévia. - Edécio Ferreira - Representante FAEMG - Ao empreendedor, caso seja do seu
1163 interesse, a FAEMG pode intervir junto a EMATER no sentido de obter uma audiência
1164 para o empreendedor com a máxima urgência. A FAEMG não vai se envolver
1165 diretamente nesse problema. Isso é um problema que entendemos que é do
1166 empreendedor e EMATER. É uma contratação de serviço, então envolve só as duas
1167 partes. Diretamente nós não vamos envolver, mas estamos prontos se o empreendedor
1168 assim entender de ajudá-lo a conseguir uma audiência com o Presidente da EMATER o
1169 mais breve possível. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto
1170 São Francisco - Obrigado conselheiro pela disponibilização. Está feito o
1171 encaminhamento. Vou voltar para o item 6.1 que possui destaque da SUPRAM,
1172 representante da FIEMG, Ministério Público, Comitê de Bacia e do IBAMA. - Silvestre
1173 - SUPRAM ASF - Eu queria fazer uma correção no parecer único, porque o item 2.3 do
1174 parecer único na página 5. Esse item está equivocado. É um erro material que está aí
1175 falando que está com o plano de fechamento se referia a mineração local e isso foi um
1176 erro material. Eu quero excluir esse item do parecer. - Amilton Ferri Vasconcelos -
1177 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Obrigado, Silvestre. Representante
1178 da FIEMG? - Túlio - Representante da FIEMG - O meu é só a mesma solicitação da
1179 condicionante 3 alterar o prazo dela de 30 para 90 dias. - Amilton Ferri Vasconcelos -
1180 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Condicionante 3? Vou deixar essa
1181 condicionante, a proposta dessa condicionante para o final. Representante do Ministério
1182 Público. - Francisco - Representante Ministério Público - Algumas perguntas. A
1183 primeira é se o PAE, o Plano de Aproveitamento Econômico está compatível com a
1184 licença. - Silvestre - SUPRAM ASF - Está sim. Inclusive esse processo já vem de uma
1185 revalidação de licença indeferida e ele foi justamente embargado pelo DNPM. A
1186 empresa já teve que atualizar esse plano. - Francisco - Representante Ministério Público
1187 - Ainda dentro dessa linha, o pessoal que fez a análise do processo. Análise técnica.
1188 Identificou que esse empreendimento é detentor da concessão de lavra DNPM 831.620
1189 de 1996 e que houve um avanço da lavra na parte sul da cava inserido em outro DNPM.



1190 832.512 de 2010 de outro proprietário. - Silvestre - SUPRAM ASF - Qual é a página? -
1191 Não identificou - Não. Foi uma análise feita pela equipe técnica. Tem a foto aqui do
1192 mapa extraída do site do DNPM. Se quiserem dar uma olhada. O que foi detectado é
1193 que o empreendimento é detentor de uma concessão de lavra. 831.620 e que houve um
1194 avanço dessa lavra atingindo outra poligonal. DNPM 832.512. Para fora dos limites,
1195 portanto, do polígono. Essa outra poligonal atingida é de outro proprietário. Chama
1196 Guilherme Chaves de Andrade. - Silvestre - SUPRAM ASF - Eu, nós, é um DNPM
1197 pequeno e realmente é uma lavra que quase não existe afloramento na regional. O
1198 pessoal da empresa está aqui e eu estou achando estranho que o Guilherme é o
1199 representante da Mineração Sul Ita. Eu acho que. - Francisco - Representante Ministério
1200 Público - Seria interessante ouvi-lo a respeito. - Não identificou - Porque eu estou
1201 achando que são dois DNPM's com o mesmo requerente. - Não identificou - Eu vou
1202 terminar de fazer as considerações. Fica essa questão para ser esclarecida. Outra
1203 questão. O empreendimento está situado em área de Mata Atlântica? - Silvestre -
1204 SUPRAM ASF - Não. A vegetação lá é de cerrado. Nós fizemos a conferência também
1205 no site do IBGE e nós conferimos que ela não está em bioma Mata Atlântica. -
1206 Francisco - Representante Ministério Público - Com relação à reserva legal se foi
1207 resguardada o mínimo de 20% e se houve cômputo de área de preservação permanente
1208 nesse percentual. - Silvestre - SUPRAM ASF - Esse empreendimento tem a área para
1209 poder averbar a reserva legal na propriedade dele. Porém, em licenciamentos anteriores
1210 ele deu essa área como compensação florestal. Essa área de compensação florestal não
1211 está em APP. Está dentro da propriedade dele, mas não está em APP. Um dos motivos
1212 que levou ao indeferimento desse processo em 2011, se não me engano é porque ele não
1213 cumpriu as condicionantes e lá foi feita uma solicitação de uma nova proposta de área
1214 de compensação de reserva legal. Ele nos propôs na Fazenda Tigre a compensação
1215 dessa área. Essa fazenda foi visitada na vistoria e nós percebemos que além dos 20% da
1216 Fazenda Tigre ela comportaria receber o equivalente da reserva legal dessa propriedade
1217 no valor de 20%. Atendeu sim. Nós não temos, ela não está em área de preservação
1218 permanente, mas ela conecta com a área de preservação permanente. - Francisco -
1219 Representante Ministério Público - Os 20% foram resguardados sem o cômputo de área
1220 de preservação permanente. Os 20% não computam a APP. - Silvestre - SUPRAM ASF
1221 - Sim, não computa. - Não identificou - Outra questão. Eu percebi aqui em relação aos
1222 impactos que foram descritos no parecer único e alguns impactos eu não consegui
1223 identificar qual é a medida mitigadora, a medida de controle correspondente. Por
1224 exemplo, na folha 15 tem alteração da qualidade da água. Material fino lixiviado pelas
1225 águas pluviais presentes na frente de lavra via de acesso e pátios de servidão podem ser
1226 carreados para drenagem superficial mais próxima provocando o assoreamento bem
1227 como alteração nas características físicas da água, principalmente a turbidez. Não tem
1228 correspondente medida de controle. - Silvestre - SUPRAM ASF - Esse
1229 empreendimento, o córrego mais próximo é o córrego Marmelada. Ele está bem a
1230 jusante do empreendimento. O empreendimento utiliza praticamente da água pluvial
1231 que acumula no fundo da cava. Essa água quando é excedente bombeia para uma bacia
1232 de decantação e essa bacia de decantação é que a água vai diretamente para a drenagem
1233 do Ribeirão Marmelada. Existe uma bacia de contenção no próprio empreendimento de
1234 que é o sistema de drenagem que vai ser todo convertido para essa bacia de decantação.
1235 Não tem como. Praticamente a água que ele, que excede isso é só quando mesmo tiver
1236 uma questão muito, um período de chuva muito intensa que ele não consiga utilizar essa
1237 água no aguçamento das vias, no próprio empreendimento. - Francisco - Representante



1238 Ministério Público - Ainda dentro dessa questão hídrica. Existe uma medida específica
1239 de controle no sentido de que a qualidade dos mananciais dos arredores seja preservada?
1240 - Silvestre - SUPRAM ASF - A questão dos mananciais é uma região bem plana,
1241 praticamente plana mesmo. Esse empreendimento pela área dele praticamente não vai
1242 interferir nas nascentes, porque tem uma área pequena. A questão da área de cava é uma
1243 área pequena exposta hoje a rocha com um fraturamento intenso. Esse fraturamento me
1244 permite a percolação de água até mesmo a captação de aquífero subterrâneo. Essa água
1245 que acumula na cava parte dela fica retida dentro da cava. Essa água só vai sair da cava
1246 por bombeamento. Parte dela infiltra. Nós temos essa questão de até mesmo ser uma
1247 recarga de aquífero por causa do fraturamento. A rocha lá não é uma rocha calcária
1248 característica da região de Arcos. É uma rocha já mais calcarenito com bastante sílica,
1249 por isso que ela não tem outro aproveitamento. Ela é bastante fraturada. Esse
1250 fraturamento da rocha permite até mesmo um processo de recarga de aquíferos na
1251 região. - Francisco - Representante Ministério Público - Os recursos hídricos serão
1252 preservados? - Silvestre - SUPRAM ASF - Sim, porque nós temos o córrego
1253 Marmelada mais próximo e se essa bacia de contenção tem essa função de proteger esse
1254 recurso hídrico. - Não identificou - Uma outra questão aqui, por exemplo, em relação ao
1255 efluentes líquidos. Parece que hoje eles são direcionados para uma fossa seca. - Não
1256 identificou- Sim. - Não identificou - Ficou condicionada a apresentação de uma fossa
1257 séptica com filtro anaeróbico. Por acaso essa fosse séptica já foi construída? Já está em
1258 operação? - Silvestre - SUPRAM ASF - Na época da vistoria não. É uma fossa. São
1259 poucos funcionários. 3 ou 4. Talvez até um banheiro. Se tivesse feita uma proposta de
1260 banheiro químico atenderia também pelo número de funcionários que trabalham lá, mas
1261 ela não foi instalada. A não ser que o empreendedor já tenha instalado e pode repassar
1262 essa informação. - Não identificou - Essa é uma questão que ele pode esclarecer
1263 também. - Não identificou - É. - Não identificou- É isso. Eu preciso desses dois
1264 esclarecimentos, por gentileza. - Flávio Scalabrini - Representante da empresa - Roberto
1265 Soares Nogueira - Representante do Comitê de Bacia do Entorno da Represa de Três
1266 Marias - Por favor, só depois dos conselheiros. A SUPRAM tem uma grande
1267 preocupação com fornecedores e estranhamente essa empresa só faz a parte primária do
1268 tratamento dos minerais. Aqui fala que a detonação e o britamento é entregue a
1269 terceiros, sem citar quem são os terceiros e sem afirmar ou sem informar para nós se
1270 eles estão ambientalmente regularizados. Eu queria uma explicação sobre isso. -
1271 Silvestre - SUPRAM ASF - A princípio eles iam fazer a detonação onde tinha alguns
1272 paióis no empreendimento. Depois disso, na vistoria nós fomos informados que esse
1273 serviço ia ser terceirizado. Eu acho que faltou também um lapso da nossa parte de não
1274 ter registrado isso no relatório de vistoria. Pelo lapso temporal a empresa foi informada
1275 na época, mas nós não conseguimos lembrar disso. Talvez a empresa possa informar
1276 isso aqui se ela é ambientalmente licenciada ou não e nós condicionamos isso no
1277 parecer, no adendo do anexo 1 do parecer. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
1278 Suplente da URC Alto São Francisco - Representante do IBAMA quer falar de uma
1279 vez que já acumula as respostas. - Marcelo Guimarães - Representante IBAMA - Só
1280 queria alertar ao representante da empresa que o nome do Cadastro Técnico Federal
1281 ainda continua Mineração Sul Ita LTDA. Só fazer a alteração no CTF do IBAMA. -
1282 Silvestre - SUPRAM ASF - Isso eu posso esclarecer. Essa empresa a princípio era
1283 Mineração Sul Ita mesmo. Houve a mudança de razão social para Sul Ita Transportes.
1284 Só que a empresa não conseguiu fazer essa mudança a tempo no DNPM e já foi
1285 protocolado na SUPRAM um documento pedindo a retificação da razão social de volta



1286 para Sul Ita. Esse documento já vai ser retificado, essa licença para voltar para
1287 Mineração Sul Ita. Por isso que vai casar com esse registro que tem no IBAMA. -
1288 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco -
1289 Representante do empreendimento, por favor. - Flávio Scalabrini - Representante da
1290 empresa - Primeiro a questão da terceirização. Tanto o desmonte, ou seja, compra de
1291 explosivos, espoletas etc. é feita por terceiros hoje e você evita toda a questão do
1292 Ministério do Exército, manter paiol, segurança. A questão do beneficiamento é feito
1293 por uma outra empresa que chama-se Britas Abaeté e que tem todo o licenciamento
1294 ambiental, tudo regularizado, tudo direitinho. Com relação ao Ministério Público. A
1295 calha de drenagem. A mina é numa rampa inclinada suavemente em direção ao Rio
1296 Marmelada. Toda água que cai na área da mina na propriedade da empresa e até mesmo
1297 em relação às propriedades vizinhas a água toda verte para dentro da cava, ou seja, a
1298 água que passa nas vias de acesso, que cai na pilha de estéril, que cai na área da cava,
1299 que cai nas adjacentes vai correr toda para dentro da cava. Ela não vai sair para a lateral.
1300 Ela não vai, tecnicamente com um grau de turbidez alto contribuir para estragar o
1301 córrego Marmelada, vamos dizer assim. Toda água que cai vai para o fundo da cava.
1302 Quando ela chega no fundo da cava automaticamente com a carga de turbidez que ela
1303 tem vai decantar. Naquele primeiro momento a água já fica limpa. Quando você vai no
1304 fundo da cava a água está clarinha, branquinha. Você vê até o fundo. Quando tem o
1305 excedente muito grande, chove muito o piso da cava fica completo de (Inaudível) de
1306 água. As máquinas não podem operar. Você bombeia essa água para fora da cava para
1307 uma primeira bacia de decantação. Quando você bombeia a água vai em turbulência,
1308 chega nessa bacia de decantação ela decanta, vai para uma segunda bacia de decantação.
1309 A partir dessa bacia, segunda bacia que a água é descartada para o córrego Marmelada
1310 que está mais ou menos a 300 metros dessa última bacia. Questão hídrica. A outra
1311 questão é do. A fossa séptica. Nós tivemos um problema com o vizinho que é o que
1312 gerou essa nova LOC. A empresa tinha uma licença. Ela fez um desmonte de rocha
1313 agressivo. Incomodou bastante o vizinho. O vizinho entrou com uma denúncia, cassou a
1314 licença etc. A empresa mantém como política para evitar qualquer tipo de problema.
1315 Não mexer uma vírgula dentro da mina. Para evitar qualquer tipo de problema. Se você
1316 abrir a porteira o vizinho vai na Polícia e reclama. O que nós fazemos? Só vamos mexer
1317 na mina a hora que tiver a LOC. Porque inclusive é o seguinte. Nós temos uma
1318 pendência junto ao DNPM que é uma exigência do DNPM. Inclusive brigou feio
1319 conosco para fazer o retaludamento da mina. Eles queriam que nós fizéssemos o
1320 retaludamento sem ter a licença de operação corretiva. Nós tivemos que explicar para o
1321 DNPM mais de uma vez que não podia de jeito nenhum fazer isso. Se eu fizesse isso eu
1322 ia ser autuado, ia atrapalhar todo o licenciamento ambiental na SUPRAM. A fossa
1323 séptica não foi construída em função disso. Se eu entrar com uma máquina para fazer
1324 um furo ou botar um peão trabalhando lá vou arrumar confusão. Não foi feito. Assim
1325 que sair a licença te mando as fotos da fossa séptica construída com o banheiro dos
1326 funcionários no máximo uma semana, sem problema nenhum. O outro problema?
1327 Invasão do DNPM. Essa informação para mim é nova. O empreendedor está aqui. Se
1328 quiser ouvir ele. Acho que ele pode explicar, porque ele atua diretamente na área. Se o
1329 senhor quiser, inclusive, essa área do lado que o senhor falou que foi invadida é do
1330 próprio empreendedor. - Olavo - Representante da empresa - Eu sou engenheiro civil.
1331 Sou proprietário da área de beneficiamento. Eu não entendi a última pergunta. -
1332 Francisco - Representante Ministério Público - É que a equipe que fez a análise do
1333 processo, a equipe técnica que fez a análise do processo para mim identificou que o



1334 empreendimento é detentor de uma concessão de lavra conferida pelo DNPM e tombada
1335 sob o número 831.620. Certo? Mas pelas imagens inclusive eu acho que do site do
1336 próprio DNPM houve o avanço de lavra inserido num outro DNPM. 832.512 que tem
1337 outra propriedade que não é da empresa, que é do senhor Guilherme Chaves de
1338 Andrade. Certo? Queria um esclarecimento sobre isso. Primeiramente. - Não identificou
1339 - O Guilherme até está aqui. Ele é proprietário da Mineração Sul Ita e também
1340 proprietário desse segundo processo que foi avançado dentro do processo dele. Ele já
1341 fez esse processo para evitar esse tipo de coisa. No caso seria uma constatação de uma
1342 terceira pessoa que tivesse regularizado junto ao DNPM. - Francisco - Representante
1343 Ministério Público - Não. Eu não estou. Bom. Não se trata de invasão de propriedade.
1344 Até porque ele é o dono da área. Agora existe uma poligonal definida para a mineração.
1345 Isso não pode acontecer de forma aleatória. A poligonal delimita o direito minerário.
1346 Para que haja o avanço da lavra para outro direito minerário é preciso, inclusive esse
1347 processo de licenciamento contempla as duas poligonais? Porque senão o Plano de
1348 Aproveitamento Econômico automaticamente vai estar incompatível inclusive com a
1349 delimitação do licenciamento. Eu não estou. A questão é da propriedade, enfim. Agora a
1350 questão do avanço de lavra em outra poligonal eu não sei se isso já está cancelado pelo
1351 DNPM, mas de toda sorte esse processo de licenciamento eu acho que contempla só
1352 uma poligonal. - Não identificou - Eu quero falar sobre, a respeito do licenciamento da
1353 área de beneficiamento. Eu tenho. Estou dentro de toda a documentação prevista. Nós
1354 temos a licença concedida pela SUPRAM em 18 de maio de 2014 até 18 de maio de
1355 2018. Licenciamento ambiental da área do beneficiamento. - Silvestre - SUPRAM ASF
1356 - Essa questão desse outro DNPM está praticamente no limite da propriedade que é o
1357 limite do mapa da página 14. Nós vamos ver o seguinte. Na época da revalidação da
1358 licença ele foi, acho que uma das questões que ele foi autuado pelo DNPM também foi
1359 por causa dessa invasão de poligonal. Para ele entrar, essa divisa norte da área dele, para
1360 ele, não consegue nem banquear. Foi uma das cláusulas que nós colocamos no TAC que
1361 era o banqueamento da área porque estava muito perigoso na época. Esse limite norte
1362 que está no mapa da página 14 não consegue nem banquear por dois motivos. Primeiro
1363 porque está fora da poligonal dele e segundo porque está no limite da propriedade. Não
1364 consegue mexer daí para cima por causa desses dois impedimentos. - Francisco -
1365 Representante Ministério Público - É uma questão técnica e prática. O que eu estou
1366 questionando é uma questão jurídica. Inclusive se o próprio jurídico pudesse se
1367 manifestar, porque de fato realmente não tem condição. Pelo menos sem que haja uma
1368 manifestação do DNPM esclarecendo esses fatos no processo. - Vilma - SUPRAM ASF
1369 - Silvestre, você só me esclarece. Esse DNPM que nós estamos licenciando está
1370 pegando parte de um outro DNPM? Porque nós estamos licenciando uma poligonal. Só
1371 para eu poder entender o desenho da poligonal. - Silvestre - SUPRAM ASF - Esse
1372 DNPM é a norte. A lavra não tem como avançar a norte porque está em limite de
1373 propriedade, ele não tem a anuência do superficiário e ele não consegue porque está fora
1374 do DNPM também. Para ele retaludar a cava dele o avanço dele tem que ser para leste
1375 que está dentro do DNPM dele que tem sentido a pilha de estéril dele. Ele vai avançar
1376 em sentido a pilha de estéril dele que está a leste e um pouco para sul. Mesmo assim ele
1377 não consegue ter um avanço muito grande porque o minério dele tem um leve caimento
1378 para leste. A medida que ele avança em sentido da pilha de estéril a topografia se eleva.
1379 A topografia se eleva e o minério cai. Fica. O minério vai decaindo. Vai ter um volume
1380 de estéril muito grande que não compensa para eles viabilizar. Por isso que a lavra dele
1381 é limitada. A lavra dele é limitada a rebaixamento e é limitada. O único possível avanço



1382 que ele tem para poder continuar minerando na região é a norte. Só que para isso ele
1383 tem que ter autorização de superficiário que ele não tem e ele já é um outro DNPM que
1384 foi citado. - Vilma - SUPRAM ASF - Nós estamos licenciando. Ele não vai avançar
1385 atingindo um DNPM de terceiros? - Francisco - Representante Ministério Público - Dra.
1386 Vilma, só para mostrar porque eu não sei se eles vão conseguir enxergar. Isso foi
1387 extraído da base de dados do DNPM. Obviamente que isso pode comportar erros,
1388 enfim, mas hoje o dado que nós temos é esse. São os dados que eu tenho. Concordo que
1389 possa haver algum equívoco aqui, inclusive de deslocamento de imagem, etc. Eu acho
1390 de conveniente que o processo seja baixado em diligência para que o próprio DNPM
1391 esclareça essa questão. - Flávio Scalabrini - Representante da empresa - Nós
1392 entendemos que a lavra está corretamente dentro do DNPM que foi licenciado. Eu
1393 acredito, já tenho experiência nisso que só há um deslocamento dessa imagem em
1394 função do DATUM que foi usado. O DATUM hoje do DNPM é o SAD69. O DATUM,
1395 salvo engano, que o Google está usando hoje é WGA84. Esse deslocamento pode
1396 chegar até 60 metros para noroeste. Se não me engano. Nordeste. Pode ser isso, mas
1397 baixar em diligência talvez seja a forma mais legal de provar que a coisa está certa. -
1398 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Eu
1399 também acredito que deva ser uma deficiência na acurácia da imagem. É muito provável
1400 que realmente tenha acontecido isso, mas na dúvida nós não podemos seguir com o
1401 processo. Eu vou baixar em diligência só para certificar que realmente está correto.
1402 Baixo em diligência esse processo e na volta, no retorno nós colocamos em votação
1403 caso aprovado na próxima reunião a questão da alteração da condicionante 3,
1404 representante da FIEMG? - Não identificou - Certo. - Silvestre - SUPRAM ASF - Eu
1405 queria só aproveitar. A condicionante 1 do processo nós já estamos trabalhando com
1406 uma redação nova que não foi incluída aí. Nós tivemos um treinamento com o pessoal
1407 da CPB e nós queríamos incluir na condicionante 1 no final dela. Conforme Portaria
1408 IEF 90/2014. A redação ficaria o seguinte. Apresentar proposta de medida
1409 compensatória junto a GCA/IEF em atendimento ao disposto no artigo 75 da Lei
1410 20.922/2013 ressaltando que a referida compensação deverá ser em área igual a
1411 impactada inclusive com o cômputo de toda a área utilizada no dispositivo de estéril,
1412 estrada de acesso etc., concluindo conforme Portaria IEF 90/2014. - Amilton Ferri
1413 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Eu sugiro até que na
1414 próxima pauta já venha com essa alteração na condicionante e sugiro também de
1415 repente a questão da condicionante 9. Quem sabe o empreendimento já tem instalada a
1416 estação. Obrigado. Fica **BAIXADO EM DILIGÊNCIA**. Vou para o item 6.2. **6.2**
1417 **Flávio José de Abreu David - Avicultura de corte e reprodução; bovinocultura de**
1418 **leite; bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite; suinocultura (crescimento**
1419 **e terminação); culturas anuais, excluindo olericultura - Pará de Minas/MG -**
1420 **PA/Nº 01985/2012/001/2013 - Classe 4. Apresentação: Supram ASF.** - Amilton Ferri
1421 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Destaque
1422 representante do Ministério Público e representante da ABES. - Francisco -
1423 Representante Ministério Público - A primeira indagação é a seguinte. Parece pelo que
1424 eu li do parecer único que esse empreendimento não foi beneficiado pela autodenúncia.
1425 Razão pela qual ele foi autuado. Confere isso? - Vilma - SUPRAM ASF - Sim. - Não
1426 identificou - Ele já foi autuado? - Não identificou - Sim. - Não identificou - Sim? Foi
1427 assinado um termo de ajustamento de conduta possibilitando a operação? - Não
1428 identificou - Sim. - Não identificou - A reserva legal atinge os 20% sem computar a área
1429 de preservação permanente? - Silvestre - SUPRAM ASF - Se encontra na APP. -



1430 Francisco - Representante Ministério Público- 20% sem cômputo? - Não identificou -
1431 Sim. Se encontra. - Não identificou - Há auto de vistoria do Corpo de Bombeiros? -
1432 Silvestre - SUPRAM ASF - Não. - Francisco - Representante Ministério Público - A
1433 última indagação. Em relação ao prazo da licença. Qual foi o critério utilizado para
1434 estabelecer esse prazo? Prazo que está sendo sugerido? - Vilma - SUPRAM ASF- A DN
1435 17. 6 anos. - Não identificou - No caso ele está sendo contemplado com o benefício? -
1436 Não identificou - Não. - Não identificou - É só nos casos de revalidações que nós
1437 olhamos aquela questão do benefício. - Não identificou - Nesse caso não teve. -
1438 Francisco de Assis Braga - Representante ABES - Em relação aos resíduos que são
1439 gerados no empreendimento. Eu gostaria de saber se a equipe técnica avaliou
1440 cuidadosamente, porque existe uma tabela que é o resíduo é quantificado em metros
1441 cúbicos e os dejetos em quilos. Está 170 mil kg de dejetos sólidos e a fertirrigação,
1442 destinada a fertirrigação 19.500 m³. O pessoal checkou essa diluição e esse processo de
1443 decomposição inclusive geração do lodo? Se foi feito essa avaliação dessa conversão de
1444 sólido para líquido, de peso para volume e também a destinação do próprio lodo das
1445 lagoas que num certo momento o processo de decomposição vai ficar retido o lodo que
1446 a lagoa vai ser limpa, não é isso? Foi avaliado isso? Corretamente. Tomou-se o cuidado
1447 de verificar essa conversão e processo microbiológico de decomposição do material?
1448 Porque eu não tive acesso ao processo inteiro. Eu tenho só números em quilos e em
1449 volume, metros cúbicos. - Silvestre - SUPRAM ASF - Não, porque o analista que
1450 analisou o processo saiu. Então nós, a nova analista que analisou o processo, nós não
1451 fizemos essa avaliação, mas a empresa poderá talvez nos responder isso. - Não
1452 identificou - Está esclarecido. Só aproveitando. Os resíduos que são gerados. Os
1453 resíduos sólidos da suinocultura e adubação orgânica, efluentes da suinocultura vão para
1454 as lagoas, depois para os tanques e é utilizado na fertirrigação. Os restos de placentas,
1455 animais mortos, compostagem e depois tem que ter uma destinação para isso. Resíduos
1456 sólidos que a câmara de aviário também está prevista aqui a adubação orgânica ou
1457 vendo a terceiros. A minha dúvida é foi feito um balanço de massa mesmo, de piso para
1458 ver a viabilidade ou destinação disso? Porque, ao meu ver, o volume é grande. O peso é
1459 grande. Eu não vi. Sendo bastante simplório é muito fácil. Eu vou jogar ali na capineira.
1460 Não eu vou destinar ali, mas eu acho que nós precisamos ter um pouco mais de critério
1461 em falar e colocar números quantitativos de maneira a dizer não, eu tenho a
1462 compostagem. A compostagem vai me gerar tanto e essa compostagem eu vou destinar
1463 para este lugar. Porque quando nós deixamos aberto, por exemplo, venda a terceiro.
1464 Então eu vendi, eu usei na propriedade. A propriedade consegue receber todo esse
1465 resíduo se não for feita venda? Quanto teria que ser feito de venda. Precisaria
1466 comprovar essa venda? Fiquei com uma certa dúvida, nesse balanço de massa, Silvestre
1467 da quantidade de resíduos produzidos que é relativamente alta. Tanto cama de frango
1468 quanto resíduo de suinocultura e ainda essas placentas, esses negócios todo para a
1469 destinação disso. - Silvestre - SUPRAM ASF - O empreendimento tem outras
1470 propriedades. Vou pedir para eles responderem porque foi o analista que não se
1471 encontra mais na SUPRAM. - Jean Rodrigues - Representante da empresa - Com
1472 relação ao volume e também com relação à cama de frango. A empresa, só para deixar
1473 claro, não vai fazer a comercialização do resíduo aviário. Esse resíduo vai ser
1474 remontado. Muito e exclusivamente porque essa licença, para o pessoal que compra esse
1475 tipo de resíduo é dificultoso nós acharmos quem tem a licença para a compra desse tipo
1476 de resíduo. O que a empresa está fazendo é remontando esse resíduo, a cama de frango e
1477 também utilizando esse resíduo no sistema de compostagem. No lugar da serragem nós



1478 utilizamos da cama. Ela faz a mesma função que a serragem no processo de
1479 compostagem. Com relação a restos placentários, natimortos, vão para uma
1480 compostagem. Essa compostagem nós temos bastantes células lá. Se não me engano são
1481 8 células. Essas 8 células dão conta do recado para receber todo o material provindo da
1482 suinocultura. Avicultura também tem uma compostagem que recebe os frangos mortos
1483 em separado da suinocultura. Ela também tem a capacidade de receber todo o resíduo
1484 produzido no sistema. Com relação a utilização desses resíduos e da questão da massa.
1485 Se nós formos considerar a quantidade que é produzida, lógico que nós não vamos
1486 conseguir descartar tudo na propriedade, só que o empreendedor tem várias outras
1487 propriedades, todas em processo de licenciamento e esse resíduo é transportado até
1488 essas outras propriedades. Hoje não há a necessidade de se transportar, porque como
1489 nós temos composteiras, células que conseguem segurar esse resíduo por um
1490 determinado tempo e a compostagem só se torna eficiente se ela ficar um tempo de
1491 retenção adequado. Nós não temos a necessidade de enviar para as outras propriedades,
1492 mas com o tempo e com o licenciamento das novas propriedades o excesso desses
1493 resíduos, desse composto vai ser encaminhado para adubação e até a cama para as
1494 outras unidades de compostagem para servir como substrato do composto. - Não
1495 identificou - Só uma pergunta aqui. É na cama de frango que vocês estão reutilizando?-
1496 Não identificou - É. Nós utilizamos no sistema de compostagem como substrato e nós
1497 também utilizamos para remontar para receber os outros animais durante o ciclo. - Não
1498 identificou - Tem algumas outras questões que eu marquei aqui. Só um instante, por
1499 favor. Está dito no parecer único o seguinte. Recuperação da APP. A APP deverá ser
1500 cercada possibilitando sua recuperação gradual. Isso eu copiei num dado momento. Não
1501 seria mais conveniente nós condicionarmos a apresentação de projeto técnico e que
1502 mesmo que seja a metodologia adotada para a recuperação da cobertura vegetal seja a
1503 regeneração natural? Eu preciso apresentar isso talvez num PTRF e apresentar o
1504 monitoramento que é o acompanhamento da evolução. Caso a técnica não seja adequada
1505 num prazo viável adota-se outra ou introduz outras alternativas ao processo. Eu achei
1506 que está muito aberta o jeito que foi proposto. Talvez fosse melhor nós condicionarmos
1507 aqui ou alterarmos ou incluirmos lá a apresentação de um PTRF para a recuperação da
1508 APP. Seja por regeneração natural ou não. O técnico quem vai dizer se é por
1509 regeneração, argumentar porque e cabe a análise da SUPRAM aceitar ou não a
1510 argumentação. Esse é o primeiro ponto que eu colocaria. Depois nós podemos discutir
1511 todos. Na condicionante 13 também achei um pouco aberta. Está dito assim. Implantar
1512 um sistema eficiente de combate as principais pragas, moscas, roedores, baratas, dentre
1513 outros durante a vigência da licença. Eu acho que nós poderíamos ser mais claros nessa
1514 redação dizendo assim. Apresentar para avaliação e aprovação pela SUPRAM e
1515 posterior implantação soluções técnicas para o controle de populações, eu não vou
1516 exterminar, mas controlar. Controle de populações de insetos, roedores como moscas,
1517 ratos, baratas presentes nas instalações da granja. Não precisa apresentar a SUPRAM a
1518 maneira como eu vou fazer, se ela é tecnicamente e ambientalmente aceitável e
1519 recomendada para a partir desse momento eu adotá-las. Entenderam? Talvez nós
1520 pudéssemos alterar essa redação. A 14 também eu achei um pouco estranho. Está dito
1521 assim. Realizar manutenção dos pontos onde estiverem ocorrendo erosão vistoriando as
1522 áreas de riscos antes do início de cada período de chuvas, promovendo os devidos
1523 reparos. Caso seja necessário conforme proposto no PCA. Talvez fosse assim. Adotar
1524 soluções técnicas para o controle de processos erosivos conforme proposto no PCA. Já
1525 existe? Redação. Na vigência da LO. São esses pontos que eu gostaria que de repente a



1526 equipe técnica comentasse. Acho que nós poderíamos aprimorar essa redação. - Helena
1527 - SUPRAM ASF - Em relação a APP nós concordamos. Isso. Concordamos com essa
1528 apresentação. Em relação a condicionante 13 e a 14 também concordamos com a
1529 proposta. - Silvestre - SUPRAM ASF- Na hora que for julgar as condicionantes o
1530 senhor faz a leitura dela novamente que nós concordamos com a redação que foi
1531 proposta aqui. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
1532 Francisco – Obrigado. - Jean Rodrigues - Representante da empresa - Só para esclarecer
1533 as dúvidas do conselho para não ficar nenhuma dúvida. Com relação as APP's o
1534 empreendedor também concorda com a apresentação do Plano Técnico de
1535 Recomposição Florestal. Só explicando a questão de ter sido colocado no PCA o
1536 cercamento e a regeneração natural que a maioria das APP's são em áreas de 45°. Fica
1537 complicado o processo de recomposição nessas áreas, mas existem áreas também de
1538 APP que precisam ser recuperadas na qual nós podemos fazer a introdução de algumas
1539 espécies. Nós vamos apresentar na forma de condicionante o PTRF e nós concordamos
1540 com essa situação. Segundo ponto que é com relação ao controle de pragas e vetores.
1541 Na suinocultura é praticamente impossível você falar em extinguir a questão de vetor.
1542 Tem tudo que o vetor quer. Principalmente a questão de moscas. Já é feito um controle
1543 sanitário efetivo e nós somos obrigados a fazer isso. Não só pelas questões ambientais,
1544 mas sim até pelas questões sanitárias para evitar foco de contaminação cruzado. O
1545 empreendedor é fiscalizado além com relação aos órgãos ambientais, mas também com
1546 fiscalização sanitária. É feito o controle de roedores através de iscas colocadas
1547 pontualmente em todos os pontos do empreendimento. A questão do controle de moscas
1548 é feito de forma química com produtos credenciados e licenciados pelo Ministério da
1549 Agricultura. Fornecidos por fornecedores devidamente licenciados dos quais nós
1550 apresentamos as notas fiscais e as licenças destes mesmos dentro do processo de
1551 licenciamento. Para ficar claro já é feito. Nós vamos continuar fazendo. Com relação ao
1552 monitoramento do PTRF nós também concordamos em apresentar um laudo que seja
1553 semestral do desenvolvimento desse PTRF ao longo do tempo. A outra questão, uma
1554 terceira questão seria qual, professor Francisco? Oi? Controle de Processo Erosivo.
1555 Hoje na propriedade nós conseguimos controlar bem essa questão dos processos
1556 erosivos, mas nós fazemos um monitoramento. Esse monitoramento é feito com
1557 frequência de forma visual. Só para constar o empreendimento tem todo o sistema de
1558 drenagem pluvial bem estabelecido que levam para a parte mais baixa do terreno. É
1559 importante salientar também que o nosso efluente é totalmente utilizado, ele é
1560 descartado, aliás ele é conduzido para lagoas anaeróbicas e essas são revestidas. Nós
1561 não temos nenhum problema tanto com contaminação quanto com a questão dos
1562 processos erosivos como um todo. Agora, só queria dar destaque e pedir ao conselho a
1563 exclusão de uma condicionante que eu acredito que houve um equívoco. A
1564 condicionante é a número, condicionante número 15 que fala, dá um prazo para o
1565 empreendedor instalar o biodigestor. Na verdade esse biodigestor nós não vemos a
1566 necessidade de instalar. Nós nem somos obrigados por lei a fazer isso. Uma vez que
1567 todo o nosso sistema de tratamento do efluente por lagoas facultativas, essas lagoas são
1568 todas revestidas de manta. Acho que houve um equívoco na hora de ler a descrição do
1569 empreendimento na qual imputa o empreendedor essa obrigação de instalar o
1570 biodigestor. Nós queríamos ver se a equipe técnica da SUPRAM e até mesmo o
1571 conselho possam nos isentar dessa responsabilidade uma vez que o processo é eficiente.
1572 - Francisco de Assis Braga - Representante ABES - O interessante é que aqui na
1573 redação da condicionante está dito assim. Implantar o biodigestor na atividade de



1574 suinocultura conforme proposto no RCA/PCA. - Silvestre - SUPRAM ASF -
1575 Perfeitamente. Estava isso lá. Nós acatamos o que estava proposto lá. Ontem o
1576 empreendedor nos procurou para poder excluir a condicionante. Apresentou a
1577 justificativa dele. Nós voltamos ao parecer, voltamos ao relatório técnico e nós vimos
1578 nos autos realmente que as lagoas estão todas documentadas por fotos, todo o
1579 procedimento de implantação das lagoas, impermeabilização e no relatório de vistoria
1580 estava falando que elas estavam devidamente implantadas. Se o empreendedor está
1581 afirmando que não vai fazer nós concordamos com a exclusão dela, mas estava no PCA
1582 e RCA. Nós concordamos com a exclusão da condicionante. - Amilton Ferri
1583 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – A questão do
1584 biodigestor realmente no meu ponto de vista uma vez colocada nos estudos e partindo
1585 do pressuposto que é uma melhoria ambiental que não seja, se a equipe acha que pode
1586 ser dispensada eu vou concordar, mas particularmente eu acredito que é uma melhoria
1587 mais para a questão de efeito dos gases. Eu acho muito interessante o sistema em si. Eu
1588 particularmente preferia que tivesse, mas vamos respeitar. Eu vou colocar em votação,
1589 porque os conselheiros decidem. Pois não? - Jean Rodrigues - Representante da empresa
1590 - Lógico. É um artifício a mais. Só que quem conhece um pouco de suinocultura sabe
1591 que hoje mediante ao cenário atual o biodigestor inviabiliza o empreendimento. As
1592 empresas até o próprio Flávio José de Abreu David e outras granjas que estão sendo
1593 licenciadas, já possui o biodigestor, mas esse biodigestor é inerente de um consórcio
1594 que foi feito ano passado com uma empresa que vinha, instalava o biodigestor no
1595 empreendimento, ficava com o crédito de carbono da queima do metano e
1596 transformação em CO₂ e através desses créditos de carbono o próprio biodigestor já se
1597 pagava. Para nós instalarmos um biodigestor hoje e modificar o projeto que foi feito
1598 recentemente que é eficiente o empreendedor ia gastar no mínimo 250 mil reais com a
1599 construção de uma célula. Acaba inviabilizando o empreendimento. Para tratar o
1600 resíduo as lagoas são suficientes. Nós conseguimos reduzir a carga orgânica. Fica só o
1601 apelo aqui em nome do empreendedor com relação a essa questão da implantação do
1602 biodigestor. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
1603 Francisco – Obrigado. Nós temos aqui além do julgamento do processo nós temos uma
1604 proposta de uma inclusão, de uma nova condicionante que é a apresentação do PTRF
1605 com o prazo de apresentação de relatórios. Temos também a proposta de alteração da
1606 condicionante 13 e 14 e temos a proposta da exclusão da condicionante 15. Eu vou
1607 colocar em votação primeiro o processo o item 6.2. Os conselheiros que estiverem de
1608 acordo com o parecer da SUPRAM permaneçam como estão. - Francisco -
1609 Representante Ministério Público - Manifestação pelo indeferimento em razão da
1610 inexistência do AVCB e o empreendimento conta com escritório, casa de empregados e
1611 galpões. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
1612 Francisco – Um voto contrário. **PROCESSO APROVADO.** Eu acho que já está
1613 justificado o representante do Ministério Público. Passo para a proposta do
1614 representante da ABES que é a inclusão de mais uma condicionante que seria a
1615 apresentação do PTRF e consequentemente os seus relatórios. Prazo para as frequências
1616 dos relatórios, 6 meses? - Não identificou - Sugestão de redação. Eu não sei se tem uma
1617 redação padrão. Apresentar para avaliação e aprovação pela SUPRAM e posterior
1618 implantação. Não, estou lendo errado. Seria isso. Apresentar para avaliação posterior
1619 implantação projeto técnico de recomposição da vegetação das áreas de preservação
1620 permanente existentes na propriedade. Não. Dentro do PTRF ele exige o cronograma
1621 executivo. Não há a necessidade. Exige o monitoramento. Isso é apresentado junto.



1622 Passa a apresentar o PTRF das APP's existentes na propriedade. É a solução técnica que
1623 pode ser diferente de uma área para outra. Não precisa botar a mesma solução técnica
1624 para todas as recuperações da propriedade. Está claro? Pode ser assim? Apresentar
1625 PTRF. Isso. Apresentar e após aprovação a execução. Eu acho que o prazo de 90 dias é
1626 o suficiente. Prazo de 90 dias para apresentar o PTRF. Lá dentro vai constar o
1627 cronograma de execução. Não é isso? - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
1628 Suplente da URC Alto São Francisco – Então o prazo é para apresentação do PTRF.
1629 Os conselheiros que estiverem de acordo com a inclusão da condicionante permaneçam
1630 como estão. **CONDICIONANTE INCLUIDA.** Agora eu vou colocar em votação a
1631 alteração da condicionante. Posso colocar 13 e 14 juntas? Coloco então a alteração da
1632 condicionante 13 conforme já proposto pelo representante da ABES. Os conselheiros
1633 que estiverem de acordo com a alteração dessas duas condicionantes permaneçam como
1634 estão. Condicionastes 13 e 14 **APROVADAS AS ALTERAÇÕES.** Vou colocar agora
1635 em votação a exclusão da condicionante 15. Os conselheiros que estiverem de acordo
1636 com a exclusão da condicionante 15 permaneçam como estão. Exclusão. Quem estiver
1637 de acordo com a exclusão da condicionante 15 conforme já colocada pela equipe técnica
1638 aceitando a questão da exclusão da condicionante 15. Quem estiver a favor da exclusão
1639 da condicionante 15 permaneça como estão. **APROVADO** com dois votos contrários.
1640 Passo para o item 7.2. **7.2 Artesanato de Fogos Cinco Estrelas Ltda. - Fabricação de**
1641 **pólvora e artigos pirotécnicos - Japaraíba/MG - PA/Nº 00299/2003/002/2014 -**
1642 **Classe 3. Apresentação: Supram ASF.** - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente
1643 Suplente da URC Alto São Francisco – Destaque representante do Ministério Público.
1644 - Francisco - Representante Ministério Público - Primeiramente deixar claro que eu
1645 concordo com o parecer único pelo indeferimento. No entanto eu gostaria só de um
1646 esclarecimento. Esse empreendimento foi autuado por descumprimento de
1647 condicionante com degradação ambiental. Confere? - Raissa - SUPRAM ASF -
1648 Confere. - Não identificou- O empreendimento hoje está operando com base em quê? -
1649 Vilma - SUPRAM ASF - É porque considerando a DN 193 a licença dele foi prorrogada
1650 até o julgamento. - Não identificou - Certo. Sem prejuízo do debate em relação a DN
1651 193. Nós temos um parecer pelo indeferimento. O empreendimento foi autuado por
1652 descumprimento de condicionante com degradação ambiental. Por que não foi
1653 paralisada a atividade dele? - Paula - SUPRAM ASF - No auto de infração consta a
1654 suspensão da atividade. É porque quando nós fazemos a vistoria nesse tipo de
1655 empreendimento nós já lavramos o auto de infração já constando a suspensão. Hoje se
1656 você perguntar para a equipe se o empreendimento está operando hoje, nós não temos
1657 como afirmar se sim ou se não, que sim ou que não. Só que consta no auto de infração a
1658 suspensão da atividade toda vez que é constatada a degradação ambiental. Até o
1659 julgamento da licença ele não tem instrumento para poder operar. - Francisco -
1660 Representante Ministério Público - Perdoe-me. Na verdade não foi uma afirmação. A
1661 pergunta é formalmente o empreendimento tem condições formais de operar? - Raissa -
1662 SUPRAM ASF - Foi pedido que eles falassem, mostrassem um cronograma de
1663 desativação do empreendimento em vistoria ou então que eles protocolassem um
1664 relatório fotográfico de que a estação da ETE fosse da ETI. Foi protocolado esse
1665 relatório fotográfico e eles enviaram uma análise de efluentes industriais da ETI. Ou
1666 seja, a ETI já foi implantada. - Francisco - Representante Ministério Público - Mas a
1667 pergunta é a seguinte. O órgão ambiental suspendeu as atividades no auto de infração,
1668 certo? A partir desse momento o empreendimento não poderia estar operando
1669 formalmente. Até a data de hoje. - Paula - SUPRAM ASF - Não. E nem a partir de hoje.



1670 - Não identificou - Isso. Exatamente. Com muito mais razão. Existem notícias de que
1671 esse empreendimento continua a operar mesmo após a implantação da estação de
1672 tratamento? - Paula - SUPRAM ASF - Que eu saiba não, mas eu vou até pedir a equipe
1673 técnica para poder se manifestar. - Francisco - Representante Ministério Público -
1674 Porque quando ele encaminhou o documento informando a implantação da estação de
1675 tratamento pode ser que tenha havido ali algum indício de que ele tivesse continuando a
1676 operar. - Paula - SUPRAM ASF - Só para poder esclarecer. A implantação da própria
1677 ETI é uma prerrogativa até para a assinatura de um possível TAC. O que foi constatado
1678 a questão da degradação foi constatada justamente por não ter estação de tratamento de
1679 efluentes industriais. Até que ele implantasse a ETI nós não poderíamos nem fazer uma
1680 nova LOC e nem assinar um TAC. São as medidas que nós tomamos para que o
1681 empreendedor comprove que tem condições de pelo menos ou assinar um TAC ou partir
1682 para uma nova LOC. Agora em relação se há indícios ou não dentro desse documento
1683 que foi mandado eu vou pedir a Raissa para se manifestar. - Raissa - SUPRAM ASF -
1684 Foi pedido um cronograma de desativação do empreendimento, porque ele possui
1685 produtos perigosos, produtos explosivos, por isso que foi pedido esse cronograma de
1686 desativação. Eles apresentaram ou cronograma de desativação ou que apresentassem o
1687 relatório fotográfico e que fosse instalada a ETI. Esse relatório foi apresentado. Essas
1688 fotos e além disso eles apresentaram a análise do efluente industrial, ou seja, foi
1689 instalada essa estação de efluentes industriais. - Francisco - Representante Ministério
1690 Público - Se eles apresentaram análise do efluente industrial eles continuaram operando
1691 sem a licença. - Camilo de Lélis André Melo - Representante FEDERAMINAS - Eu
1692 achei que esse, quando fechasse a firma era igual em todas, porque as que eu já vi
1693 fechando foi um abatedouro de frango em Itapeçerica. Tinha alguns conselheiros
1694 visitando. Chegou fechou, está fechado, está lacrado não funciona mais. Pronto.
1695 Puseram lacre até nas máquinas. Siderúrgica em Carmo da Mata chegou televisão com
1696 isso, com aquilo, lacrou, está lacrado, pôs lacre nos fornos e tudo. Lacrou está lacrado.
1697 Agora esse parece que lacrou mas não lacrou. Não sabe se está funcionando se não está.
1698 Eu achei que era padrão. - Paula - SUPRAM ASF - Na verdade vou explicar o que
1699 acontece. Nas empresas de fogos nós não podemos suspender a atividade de imediato
1700 por causa dos produtos que eles utilizam. Há risco para vida humana se nós chegarmos
1701 lá e lacrarmos o empreendimento. Qual é o procedimento padrão? Nós suspendemos.
1702 Ele apresenta um cronograma de desativação para poder cumprir este cronograma para
1703 que não haja riscos. É uma possibilidade inclusive prevista no próprio Decreto. Não são
1704 todas as empresas que nós chegamos lá e conseguimos lacrar. Parou padrão de energia,
1705 parou tudo. Eu tenho que cumprir essa regra justamente para não colocar em risco o
1706 empreendedor e os funcionários. Nesse período ele implantou a estação de tratamento
1707 de efluentes industriais que é uma solicitação nossa ou para assinatura do TAC ou para
1708 o novo processo de licença de operação corretiva. Eu não posso afirmar para os
1709 senhores que empreendedor operou ou não operou, porque eu não estava lá na empresa
1710 todos os dias. Se eu falar assim. Não operou. Eu estou sendo leviana na minha
1711 afirmação. Agora o que o Dr. Francisco perguntou não é isso. É se há indício ou se não
1712 há indícios pela implantação da própria ETI e pelo laudo que foi apresentado. Se eu for
1713 partir desse pressuposto eu vou dizer que sim. O empreendedor operou, mas eu não
1714 estava lá não posso fazer essa afirmação. Voltando a discussão. Eu acho que tem um
1715 prejuízo agora em relação, nós poderíamos baixar esse processo em diligência para
1716 poder fazer essa verificação, mas eu acho que o prejuízo ambiental seria maior. Nós
1717 verificamos realmente se houve a operação durante esse período. Se essa operação foi



1718 condizente com o cronograma de desativação porque o empreendedor dentro do
1719 cronograma que foi aprovado pela SUPRAM poderia cumprir certas ações. Não quer
1720 dizer que a empresa estava totalmente parada, mas nós podemos verificar se houve
1721 alguma ação fora do cronograma que foi aprovado. - Francisco - Representante
1722 Ministério Público - Em nenhum momento o encaminhamento pelo menos da minha
1723 parte é para baixar em diligência não. Até porque conforme foi dito pela Paula isso vai
1724 causar mais danos. Só um esclarecimento. Eu entendo que existam casos em que haja a
1725 necessidade de um cronograma de desativação. Agora eu não consigo compreender e é
1726 uma questão técnica mesmo como que a produção, a continuidade da produção de fogos
1727 de artifícios pode não gerar algum risco para a integridade das pessoas que estão ali. Ou
1728 seja, a necessidade de continuar a produção de fogos, porque uma coisa é retirar
1729 material, retirar equipamentos, retirar material inflamável e tudo mais. Agora a
1730 produção de fogos de artifício. Pode a interrupção imediata da produção, pode gerar
1731 algum dano à integridade que justificasse a continuidade dessa operação durante um
1732 tempo? É só um esclarecimento técnico. - Paula - SUPRAM ASF - Não é referente a
1733 produção, Dr. Francisco. É referente mesmo a disposição desse material,
1734 desmobilização desse material. Por exemplo, se existisse algum tipo de pólvora que já
1735 estava na linha de produção ele tem que finalizar o produto, finaliza o produto. O que
1736 tem lá ainda de, não é reserva a palavra que eu quero usar, mas no depósito da empresa
1737 ele vai nos dispor isso de outra forma. Não quer dizer que ele vá produzir na mesma
1738 quantidade em que ele produzia quando a licença ainda estava vigente. É só a
1739 finalização mesmo do material que já estava em uso. - Camilo de Lélis André Melo -
1740 Representante FEDERAMINAS - Paula, eu entendi a sua resposta. Você está de
1741 parabéns. É isso mesmo. Até porque não pode comercializar pólvora, a firma não aceita
1742 voltar para trás. Ele vai ter que terminar com o resto de estoque que ele tem. Terminou,
1743 enquanto ele está terminando esse estoque, é esse estoque que ele deve ter apresentado.
1744 Correto. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
1745 Francisco - Obrigado. Acredito que já foram dirimidas as dúvidas. Posso colocar em
1746 votação o item 7.2. Os conselheiros que estiverem de acordo com o parecer da
1747 SUPRAM, que é pelo indeferimento permaneçam como estão. **PROCESSO**
1748 **INDEFERIDO**. Passo para o item 8.1. **8. Processo Administrativo para exame de**
1749 **Cancelamento da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 8.1**
1750 **Predial JM Imobiliária e Participações S.A. / Aeródromo São Pedro - Aeroportos -**
1751 **Itaúna/MG - PA/Nº 08022/2012/001/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF.** -
1752 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco -
1753 Destaque representante do Comitê de Bacia e da FEDERAMINAS. - Roberto Soares
1754 Nogueira - Representante Comitê de Bacia do Entorno da Represa de Três Marias - O
1755 comportamento da equipe técnica está correto. Eu acho que tem que ser cumprida a lei,
1756 mas eu queria propor uma solução diferente, mesmo porque não há nenhum prejuízo
1757 ambiental. Está certo? Cancelamento simples dessas duas licenças não vai trazer
1758 benefício nenhum para o Meio Ambiente. O empreendimento já está pronto, completo
1759 em condições de ir para a licença de operação. A minha proposta é simples. Eles já têm,
1760 inclusive, homologação da ANAC, já está tudo regularizado. A minha proposta é
1761 simples. É que nós baixemos em diligência para ser corrigido o problema de localização
1762 do empreendimento que eu também não vejo culpa dos empreendedores, porque foi
1763 revisto os limites a pedido do Prefeito de Igaratinga. Aquilo lá sofreu modificações
1764 recente. Não haveria nenhum prejuízo que fosse corrigida a localização do
1765 empreendimento e que nós baixássemos o processo em diligência para que isso fosse



1766 feito, porque esse empreendimento não vai trazer nenhum problema para a área
1767 ambiental. Muito menos pelo contrário, vai trazer problema para a SUPRAM que vai ter
1768 fazer um retrabalho, porque vai ter que iniciar novamente com a equipe desfalcada e
1769 com o processo se acumulando. Está certo? Eu acho que é uma questão de bom senso.
1770 Eu gostaria de pensar dessa forma. O processo seja baixado em diligência. Seja
1771 corrigido o problema de localização e que ele volte numa próxima reunião para ser
1772 votado. - Camilo de Lélis André Melo - Representante FEDERAMINAS - Eu também
1773 concordo plenamente com o senhor, Dr. Roberto e vou ser sincero. Como é que nós
1774 comemos barriga nessa localização desse processo. O senhor de Itaúna tinha por
1775 obrigação saber os limites do município. Eu sabia que ali era divisa de três municípios,
1776 porque eu conheço aquela região e não alertei para isso. Já Pains, Arcos, quando tem
1777 qualquer dúvida tem o CODEMA ali brigando. Meu município é no outro por causa da
1778 arrecadação. O que deve ter acontecido lá foi isso. Na hora que o Prefeito acordou que
1779 ele viu que podia ser dele é que ele pediu outro georreferencial, outra coisa com a
1780 finalidade de arrecadação de imposto. Eu acho que o senhor está certo. Deve procurar
1781 uma solução vamos dizer assim amigável que não atrapalhe o empreendedor e não
1782 atrapalhe a SUPRAM. - Roberto Soares Nogueira - Representante Comitê de Bacia do
1783 Entorno da Represa de Três Marias - Só queria me defender. Se nem os prefeitos sabiam
1784 eu vou saber? - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São
1785 Francisco - Senhores conselheiros, eu acho interessante tudo, mas essa licença já foi
1786 concedida. Eles estão com uma licença na mão. Sendo que foi identificado, lógico que
1787 foi com atraso que não há um documento que precisaria ter dentro do processo que é a
1788 declaração da Prefeitura. O que eu estou vendo hoje é que a licença está incorreta. Hoje.
1789 A orientação dela hoje está incorreta. O cancelamento seria no sentido de corrigir esse
1790 problema. Nós não podemos manter uma licença válida sem uma declaração da
1791 Prefeitura. - Fernanda - SUPRAM ASF - Concordo com que o Amilton falou, mas em
1792 termos práticos, só para ficar claro, não vai ter mudança, porque o empreendimento já
1793 está instalado. Ele vai continuar naquele local. Exceto com a nova declaração da
1794 Prefeitura que agora é de Igaratinga. O que vai acontecer? Ele vai entrar com uma LOC,
1795 porque ele não foi, considera, não foi precedido mais de LP mais LI. Ele não vai entrar
1796 como LO. Ele vai entrar como LOC e na LOC ele vai apresentar a declaração do
1797 município de Igaratinga. Nos termos práticos não vai ter alteração. Exceto no tipo de
1798 licença que ele vai entrar que vai ser a corretiva, porque não foi precedida de LP mais
1799 LI porque ela está sendo cancelada. - Roberto Soares Nogueira - Representante Comitê
1800 de Bacia do Entorno da Represa de Três Marias - Eu não vejo porque cancelar. Não há
1801 nenhum resultado prático nesse cancelamento a não ser retrabalho para vocês. Está
1802 certo? Já tem excesso de processos esperando. Para que arrumar serviço. É uma questão
1803 de bom senso. Eu acho que tem que simplesmente baixar em diligência e abrir
1804 possibilidade de se fazer a licença de operação. Já está pronto o empreendimento. -
1805 Fernanda - SUPRAM ASF - Nós não vamos ter mais trabalho, porque de qualquer
1806 forma vai ser só mais um processo. Só não vai ser uma LO precedida de LP mais LI e
1807 sim uma LOC. Vai ser um processo só. Nós não vamos ter mais trabalho. Entendeu? O
1808 órgão ambiental nós licenciamos o local. O local de instalação. Embora o local seja o
1809 mesmo a declaração contida no processo é da Prefeitura de Itaúna. Nós não podemos
1810 permanecer com o processo. Eu entendo até o seu ponto de vista, mas legalmente para a
1811 SUPRAM é complicado. Como que nós licenciamos uma LP mais LI em Itaúna e agora
1812 vai dar o LO para Igaratinga? Ela tem que ser cancelada para que ele entre com a LOC,
1813 mas número de processo não vai mudar nada. Nem termos práticos. - Amilton Ferri



1814 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Há um inscrito para
1815 fazer uso da palavra. Por favor. - Nívio Lasmar - Representante da empresa - Bom dia a
1816 todos! Senhores conselheiros, senhor Presidente. Meu nome é Nívio Lasmar. Sou
1817 representante do empreendedor. Com relação a esse processo nós até trouxemos um
1818 histórico do ocorrido para mostrar as escrituras, as certidões, os desenhos que a empresa
1819 não teve nenhuma intenção de prestar informações equivocadas que realmente é uma
1820 área polêmica dentro de uma divisa tríplice de municípios. Tem uma pequena parte que
1821 é de Carmo do Cajuru também e que nesse histórico mostra todo o processo que nós
1822 fizemos inclusive partiu de uma demanda do Prefeito que ele recorreu ao IGA que é a
1823 Instituição Estadual credenciada para fazer as divisas do município que constatada essa
1824 diferença a empresa fez a autodenúncia, informou a SUPRAM o ocorrido apresentando
1825 todas as documentações. Em linhas gerais é o seguinte. Não houve nenhum prejuízo
1826 para a área ambiental e para a área administrativa dos municípios também não porque a
1827 empresa já recolheu os impostos devidos a Igaratinga. Já temos as certidões, as
1828 declarações municipais para instruir o processo. Eu só não me recordo aqui. Já tive
1829 notícias que já ocorreram processos dessa natureza em outras SUPRAM's. Eu não sei o
1830 nome do instrumento jurídico que era simplesmente proceder como o conselheiro Dr.
1831 Roberto disse que é para baixar em diligência e fazer o ajuste ou adequação do
1832 processo. Tem um termo jurídico que agora eu não me lembro qual. Ajustar esse
1833 processo com as documentações recentes e fazer a LO. Entendo que isso seria o mais
1834 prático. Agora respeito também a opinião da analista que seria um processo de LOC
1835 mantendo-se o mesmo número do processo, mantendo as mesmas condições. Na fritada
1836 dos ovos parece-me que seria a mesma coisa. Não sei se isso demandaria mais tempo e
1837 mais retrabalho como o próprio conselheiro falou. Muito obrigado. - Amilton Ferri
1838 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Representante da
1839 FEDERAMINAS? - Camilo de Lélis André Melo - Representante FEDERAMINAS -
1840 Minha posição é a mesma do Dr. Roberto. Eu acho. Tenho certeza que conheço a
1841 região, conheço a fazenda. É problemática aquela divisa. Não está trazendo prejuízo
1842 para nenhuma das partes, nem para o município nem para o Meio Ambiente nem para
1843 ninguém. Acho que devia ser solução do Dr. Roberto. Vou mais além. Eu acho que
1844 deveria ser colocado em votação e quem concordar com o Dr. Roberto vota favorável a
1845 ele. Parte jurídica, legal é da SUPRAM. - Fernanda - SUPRAM ASF - Só mais um
1846 detalhe. Esse processo já foi julgado. Nós vamos baixar em diligência o que? Eu estou
1847 aqui pedindo o cancelamento. Nós estamos, a SUPRAM está querendo o cancelamento
1848 da licença. Ele já foi julgado. Não tem como baixar o processo em diligência para
1849 apresentar um documento. - Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da
1850 URC Alto São Francisco – Roberto Soares Nogueira - Representante Comitê de Bacia
1851 do Entorno da Represa de Três Marias - Eu reconheço que a proposta feita pela
1852 funcionária da SUPRAM praticamente idêntica a que eu estou. Ela não prejudica o
1853 Meio Ambiente, ela não prejudica a empresa. Está certo? Eu não estou vendo muita
1854 diferença das duas propostas. Está certo? Mesmo porque o processo de licenciamento de
1855 operação teria que ocorrer. Quer dizer, vai se fazer simplesmente com outro nome. Eu
1856 particularmente gostaria de retirar a minha proposta e aceitar a proposta que eu não
1857 tinha pensado sobre esse viés e gostaria de retirar. Reconhecendo que não faz diferença
1858 para o empreendedor e não faz nenhuma diferença para o Meio Ambiente. Também não
1859 vai crescer trabalho para a SUPRAM. Vai continuar do mesmo tamanho. Obrigado. -
1860 Camilo de Lélis André Melo - Representante FEDERAMINAS - Dr. Roberto, eu acho
1861 que faz diferença sim e grande. No momento em que nós cassamos essa licença ele não



1862 pode operar, porque ele está sem licença. Como é que ele vai operar? - Fernanda -
1863 SUPRAM ASF - É uma LP mais LI. Ela já está toda instalada. Ele já está pronto. Ele
1864 não vai operar. Ele só pode operar depois da LO. Vai ser o melhor do mesmo jeito. -
1865 Nívio Lasmar - Representante da empresa - Com licença. Eu quero só mesmo reafirmar
1866 o nosso entendimento. No meu entendimento é o seguinte. Nós daremos entrada
1867 formalmente na SUPRAM das novas documentações, das novas certidões, dos mapas,
1868 da nova certidão do terreno requerendo a LO. Requerendo a LO ou LOC. É isso? Para o
1869 empreendedor está ótimo. - Não identificou - Podemos deliberar nesse sentido. -
1870 Amilton Ferri Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Só
1871 uma curiosidade. A declaração de conformidade das duas Prefeituras de Igaratinga e
1872 Carmo do Cajuru já estão prontas? - Não identificou- Sim. Já temos as declarações e os
1873 impostos, ISS já foram recolhidos para Igaratinga também. - Amilton Ferri
1874 Vasconcelos - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco - Obrigado. Senhores
1875 conselheiros, conforme já retirada a proposta do conselheiro representante do Comitê de
1876 Bacia. Vou colocar em votação o processo. Item 8.1. Os conselheiros que estiverem de
1877 acordo com o parecer da SUPRAM, ou seja, pelo cancelamento da LP mais LI
1878 permaneçam como estão. Um voto contrário do representante da FEDERAMINAS.
1879 **PROCESSO CANCELADO.** Senhores a conselheiros, ao final, eu declaro encerrada a
1880 113ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco do
1881 Conselho Estadual de Política Ambiental. Muito obrigado a todos! Boa tarde!

1882
1883
1884
1885

Danilo Vieira Júnior

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
Presidente das URC Alto São Francisco